081ª SESSÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA 30AGO2021

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Vinte e cinco Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras presentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura das proposições apregoadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)
Apregoo requerimento firmado pelo vereador José Freitas, solicitando seja tornada sem efeito sua Licença para Tratar de Interesses Particulares nos dias 1º a 03 de setembro de 2021, a qual foi aprovada no dia 25 de agosto de 2021, durante a 079ª Sessão Ordinária (documento 0271138, SEI nº 034.00349/2021-51).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia Nacional do Corretor de Imóveis, nos termos do Requerimento nº 206/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Edmundo Carlos de Freitas Xavier, ex-Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – Cofeci, do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, 3ª Região, Rio Grande do Sul – Creci-RS e do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul – Sindimóveis; Manoel Dias, Assessor Jurídico do Cofeci, representando o presidente João Teodoro; o Sr. Naor Eduardo da Silva Lagoas, 2º Vice-Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis; a Sra. Iara Migon, Diretora 2ª Tesoureira do Creci-RS; Maria Aparecida Machado, representante do Departamento de Tradições Gaúchas Corretores da Tradição; e José Amauri da Costa de Fraga, representante do Sindimóveis. Convido também para compor a tribuna de honra o Sr. Diretor Antônio, o Sr. Rodrigo Cabral, Superintendente do Creci-RS; o Sr. Geison e o Sr. Daniel.

(O Ver. Hamilton Sossmeier assume a presidência dos trabalhos.)

SR. JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Senhoras e senhores, boa tarde. Neste momento damos início ao período de Comunicações em homenagem ao transcurso do Dia Nacional do Corretor de Imóveis, por proposição do Ver. Márcio Bins Ely.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos e a todas, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, é uma satisfação enorme estarmos hoje aqui nesta tarde por ocasião do transcurso do Dia Nacional do Corretor de Imóveis, dia 27 de agosto, prestando esta justa homenagem a essa profissão e a esses profissionais que estão lá na ponta da cadeia construtiva da construção civil fazendo a diferença, muitas vezes, na construção do sonho das famílias e das pessoas, qual seja, a realização do sonho da casa própria. Permitam-me aqui a fazer uma saudação especial ao Dr. Xavier, uma legenda do mercado imobiliário, ex-Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - Cofeci, pai da

Lei nº 6.530, Colibri de Ouro, que nos auxiliou sobremaneira na arregimentação dos esforços necessários, naquela oportunidade, para que nós pu
déssemos, enfim, ter uma profissão regulamentada. Hoje, graças ao esforço desses abnegados corretores de imóveis, temos o direito de receber nossos honorários, temos o direito de abrir uma porta e ter uma imobiliária, temos nossos direitos, obrigações e deveres assegurados, tanto no Código Civil, como na legislação, para praticarmos os atos da nossa profissão, quais sejam a compra e venda, locação, gestão de condomínios, avaliação imobiliária. Permitam-me aqui fazer uma saudação especial ao Dr. Manoel Dias, obrigado pela presença, transmita um fraterno abraço ao presidente João Teodoro, presidente do Conselho Federal, que muito bem tem conduzido a nossa gestão do Conselho Federal**,** no que diz respeito à proteção da sociedade em primeiro lugar, mas também, de maneira propositiva e altiva, fazendo uma gestão moderna, proporcionando atualização profissional, a qualificação profissional, através das estruturas de Ensino à Distância**,** que o conselho, no modelo Sistema Cofeci-Creci, tem proporcionado, são cursos de atualização na área de fotografia imobiliária, documentação imobiliária, perito judicial, perito avaliador, como utilizar HP12c**,** inferência estatística, entre outros. Eu li um artigo do presidente João Teodoro, que nos trazia e nos remetia a uma nova realidade, Ver. Ferronato – o senhor sabe quanto por cento aumentou a procura por *sites* de locação no Google no período da pandemia? Seiscentos e sessenta e oito por cento, vereador. Hoje se estabelece um novo conceito de moradia, em função da pandemia; as pessoas passam a ter novas preocupações sobre a gestão dos seus recursos, inclusive algumas pessoas migraram do imóvel próprio para a locação, para dispor de mais recursos para viver o agora, sem contar uma série de migrações, Ver.ª Mônica, de pessoas que foram morar na serra ou no litoral. A compra e venda está aquecida, por conta da busca por um espaço onde se possa comportar a família e o *home office* ao mesmo tempo; então queria fazer essa saudação. Permitam-me aqui fazer também uma saudação muito especial à diretora Iara, nossa diretora-tesoureira, que, desde o início da nossa gestão, em 2016. Eu quero aqui agradecer penhoradamente o trabalho de toda nossa equipe – fomos reconduzidos pela terceira vez, estamos no terceiro mandato; agora, recentemente, Júlio**,** fomos reeleitos com 70% dos votos da categoria, muito em função do nosso portal transparência, da

transparência dos atos da nossa gestão, por conta de um trabalho profícuo da nossa tesouraria e do nosso conselho fiscal.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Rapidamente, Presidente Márcio, temos aqui acompanhado sua luta no setor; nós, na verdade, aqui, sabemos da importância e duvido – saudando aqui os representantes que estão aqui num dia muito importante, que a gente faça referência a esse Dia Nacional do Corretor de Imóveis – que, dos 36 vereadores, de vários campos ideológicos, de várias bancadas, algum vereador não tenha, nas suas relações pessoais, grandes amigos, batalhadores ou familiares que buscam o desenvolvimento e sua batalha no dia a dia na questão do Creci, como corretores de imóveis! Todos nós temos consciência do quanto essa profissão é importante, do quanto essa profissão luta, nos municípios, por desenvolvimento, por infraestrutura, por mobilidade; então, é muito importante jogar luz a esse setor que é tão importante, já parabenizando a diretoria que Vossa Excelência representa, bem como todas as pessoas que estão aqui, autoridades já nominadas, Presidente Hamilton, para essa sessão. Sinto-me honrado de estar presente no dia que faz alusão ao Dia Nacional do Corretor de Imóveis. Parabéns.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Moisés, que aponta muito bem essas questões relacionadas ao Plano Diretor, questões como a emissão de guias de ITBI – todos os impostos municipais têm a ver com o mercado imobiliário, Ver. Oliboni, é o IPTU, é o ISSQN que incide sobre as imobiliárias. Existe uma relação muito intrínseca do mercado imobiliário com a vida, com o cotidiano da cidade.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Vereador-Presidente**,** Márcio Bins Ely, saúdo a iniciativa de Vossa Excelência, como saúdo a todos pelo Dia Nacional do Corretor de Imóveis**,** sejam bem-vindos à Casa do Povo! Nós sabemos que, em tempo de pandemia, a realidade foi dura para todos. Os negócios foram reduzidos, e muita gente quebrou nos vários mercados que hoje se apresentam. Creio que não foi diferente para vocês – quanto mais forte a economia, mais forte... flexibilizando os negócios, mas também foi algo que mexeu conosco, porque

o governo federal**,** o atual governo, não deu prioridade à vida do cidadão; por isso a pandemia se prolongou muito, muito mais! Vejam os senhores que nem 60% da população conseguiu fazer a segunda dose da vacina. Mas nós temos esperança de que o povo brasileiro vai resistir, como resistiu em outras épocas, nobre Vereador-Presidente**;** por isso, no ano que vem tudo voltará à normalidade, o que queremos que aconteça, mas que seja com fortalecimento das instituições e, muito mais do que isso, aquelas que defendem a vida, defendem a relação entre a vida e a economia, mas também a saúde do cidadão. Muito obrigado, sucesso, parabéns por essa data tão importante.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Oliboni.

Vereador Airto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Meu querido Ver. Hamilton, neste momento presidindo os trabalhos, amigo, Presidente Márcio, senhoras e senhores da corretagem de Porto Alegre, trago um abraço e cumprimento pela iniciativa, dizer às senhoras e aos senhores da importância da função da corretagem de imóveis no contexto de qualquer cidade, dizer que acompanho muito de perto a profissão, até porque minha esposa também é corretora de imóveis; portanto, não poderia deixar de estar aqui, trazendo um abraço, cumprimentando vocês, e dizer que Porto Alegre, o Estado, reconhecem a importância da atividade no contexto econômico –o Márcio falou no contexto das finanças públicas – e essencialmente no contexto social e familiar, porque são essas negociações que fazem acontecer o sonho de milhões de brasileiros. Um abraço, parabéns, cumprimento mais uma vez, amigo Márcio. Obrigado.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Ferronato.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio Bins Ely, ilustre Presidente desta Casa e também do Creci**.** Para nós é um motivo de satisfação muito grande – as senhoras e os senhores podem ter certeza – que o presidente do Creci seja também nosso Presidente da Casa; é uma pessoa que tem um trabalho lá realizado, que vocês conhecem, como categoria profissional, e que nós, na política, respeitamos muito, temos orgulho de ter o grande Márcio Bins Ely na presidência

dos trabalhos. Essa é uma profissão que, como Ferronato, a minha mulher também tem. A minha companheira tem, há 30 anos, a Imobiliária Ramos**,** que o Márcio conhece, em Cachoeirinha. Eu me sinto muito ligado a esse trabalho e acho que é uma maneira eficaz, correta, honesta, de realizar sonhos das pessoas, aproximar a realidade do sonho ou transformar o sonho em realidade. É um trabalho belíssimo, muito importante, vocês todos estão de parabéns, e o proponente, por óbvio, tem nosso abraço aqui. Falo também em nome do Ver. Roberto Robaina, da Ver.ª Karen e do Ver. Matheus Gomes que me pediram, para não tomar todo tempo aqui. Muito obrigado.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. Então, temos pelo menos duas esposas de vereadores que são corretoras de imóveis. Isso é bom sinal, não é diretora Iara**.** Hoje, cerca de 35% do mercado é composto por corretoras de imóveis.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Márcio Bins Ely, representantes do conselho, comandante desta Casa, colegas vereadores, sinto-me lisonjeado, Presidente, de o senhor estar à frente do Creci, ser o Presidente desta Casa. Eu, que sou corretor de imóveis também, Creci 40658**,** fiz o curso há dez anos, recebi minha carteirinha das mãos do Flávio Koch, o conselheiro dos conselheiros, sei que é uma profissão muito importante, respeitada na sociedade, que se aperfeiçoa cada vez mais, através dos seus cursos de pós-graduação, de aperfeiçoamento geral – tenho orgulho de ser seu amigo, seu colega, e quero mandar um abraço muito especial para todos os corretores de imóveis do Rio Grande do Sul.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Bobadra, colega corretor, assim como o Ver. Cecchim que também é colega.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Presidente; Sr. Amauri, Sr. Naor, Sr. Edmundo, Sr. Manoel, Sra. Iara, Sra. Maria – como é bom ver mulheres nesta profissão, fico tão feliz, Presidente Márcio. Eu sempre digo na minha casa que se eu não fosse política, jornalista, seria corretora, que acho uma profissão encantadora porque trabalha com pessoas, com gente, com sonhos, com

anseios, com realizações – certamente eu seria uma boa corretora! Eu quero parabenizar, Presidente, a todos os corretores de imóveis de Porto Alegre pelo seu dia, e sempre que falo em corretor, imobiliária, no Dia do Corretor, a sua imagem me vem à lembrança – o senhor é muito ligado a essa área. Acho isso muito importante, nós temos que parabenizar, reforçar, registrar em todos os momentos, a importância desse profissional, cujas homenagens são como um reconhecimento às suas atividades, afinal realizam essa função de forma tão específica, um serviço de auxílio, de mediação, de regularização, com o atendimento necessário e cuidadoso aos cidadãos que buscam realizar seus sonhos. Parabéns por esta data, contem sempre com meu apoio, junto com o Presidente Márcio, que é uma pessoa muito querida, muito atuante, que defende muito bem essa área. Obrigada.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.ª Mônica Leal.

Vereador Claudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, que propõe essa homenagem justa a todas essas pessoas que nos permitem realizar o nosso sonho de ter nossa casa ou de nos livrar do pesadelo, muitas vezes, que é uma casa na praia, um sítio que se transforma num pesadelo, e vocês lá estão. Então, eu queria saudar o Ver. Hamilton, presidindo os trabalhos, bem como a todos representantes do setor, do qual o senhor representa muito bem nesta Casa, mandando um abraço ao Gilberto Castro**,** um amigo meu que é corretor e que vem ajudando, não só a mim, como a vários amigos, a realizar o sonho de uma casa própria. Vida longa aos corretores que ajudam a todos nós a realizar o principal sonho que é ter um teto. Muito obrigado, Presidente.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Claudio Janta.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde, Presidente Hamilton; boa tarde, Ver. Márcio Bins Ely – em seu nome e principalmente em nome da bancada do PCdoB venho aqui fazer uma saudação muito especial pelo Dia Nacional do Corretor de Imóveis**,** falar da importância da vinda de vocês

aqui. É isso, bem como fala o Ver. Janta, são os que nos auxiliam a construir os sonhos, conquistas importantes, em períodos como este em que a gente necessita tanto desta orientação, desta forma tão mais afetuosa e abrangente, de um olhar daqueles que têm essa especificidade. Então, venho saudá-lo também pelo de ter trazido aqui que é sempre a quem nos conectamos quando falamos do **Creci**, quando falamos dos corretores. Então, uma saudação muito especial e vida longa aos corretores, vida longa, um enorme abraço.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora. Agradeço a todos aqueles que se manifestaram em favor da nossa homenagem. Quando fala a Câmara, fala a cidade, Presidente Hamilton.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada, vereador. Primeiramente, quero cumprimentar o Ver. Hamilton Sossmeier, que está conduzindo a sessão no dia de hoje. Quero te cumprimentar, Márcio, por esta belíssima homenagem merecida aos corretores de imóveis, que intermediam negociações de compra e venda, ou locações de imóveis comerciais ou residenciais, a esses profissionais que dão o suporte, orientam os clientes, fornecem todos os esclarecimentos necessários ao longo da negociação. Eu quero também aqui dar os meus parabéns e dizer que continuem fortes e firmes, porque precisamos, cada vez mais, de pessoas comprometidas com a legislação, com o legal, para que façamos a nossa cidade, realmente, retomar o rumo da normalidade. Parabéns aos corretores de imóveis. Parabéns a sua pessoa, Presidente Márcio, que também é presidente do Creci, onde tem feito um belíssimo trabalho. Eu tive o prazer de conhecer o Creci, e o cumprimentei pessoalmente pelo seu comprometimento com essa classe e por todo trabalho que tem feito ao longo desses anos. Parabéns, novamente.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.ª Comandante Nádia. Agradeço todas as intervenções. Ainda quero cumprimentar e agradecer ao nosso vice-presidente Naor, especialmente pelo empenho e dedicação no sentido de fazermos o enfrentamento ao exercício legal da nossa profissão. Hoje, o Creci do Rio Grande do Sul, no desempenho nacional, Ver. Idenir Cecchim, é a melhor fiscalização do Brasil. Então,

muito se deve com a parceria do Ministério Público Estadual e com a Brigada Militar que tem nos auxiliado, muitas vezes é o síndico do prédio, o zelador, um porteiro com a chave, então, a nossa fiscalização tirou o primeiro lugar no desempenho dos critérios do Cofeci, não é, Dr. Manoel? E também quero agradecer na pessoa dos nossos colaboradores aqui, o Rodrigo, o Geison, a Renata, o Dr. Daniel, pelo empenho, um abraço a todos os nossos valorosos colaboradores e também o diretor Antônio, que é o nosso diretor-secretário, que implementou a carteira digital, hoje temos um padrão atualizado de identificação ambientalmente correto. Quero também fazer uma saudação e agradecer ao Amauri, essa relação com a sociedade civil organizada, Sindimóveis, Sinduscon, Secovi, Agademi, Agadie, CREA, CAU, OAB, enfim, toda essa relação que se estabelece a partir, digamos assim, de toda a cadeia produtiva da construção civil e os esforços que vem se fazendo em especial pela qualificação de espaços urbanos de uso coletivo, a exemplo da orla. Revisamos o Plano Diretor em 2010, e agora se avizinha aqui o Plano Diretor do Centro, e outros desafios para a cidade, para o bem das pessoas, para a qualidade de vida, então, para o bem da mobilidade e outras tantas questões que se dão através de questões compensatórias e mitigatórias dos empreendimentos, muitas vezes, até de empreendimentos privados tem feito a diferença para o dia a dia da cidade.

Também quero agradecer a querida Cida, o nosso Departamento de Tradições Gaúchas – DTG, Corretores da Tradição. Queria trazer um abraço fraterno do Rodi Borghetti, que foi o nosso primeiro presidente do Creci, não é Dr. Xavier? E que é o nosso patrono do DTG, Corretores da Tradição, às vésperas do nosso mês Farroupilha, do mês de setembro, mandou um abraço, mas não estava em condições de vir, e manda um abraço fraterno a todos. Quero também agradecer aos que subscreveram o projeto de lei dando a ele o Título de Cidadão de Porto Alegre, que, em breve, estaremos votando, assim como também estaremos submetendo a esta Casa o Título de Cidadão de Porto Alegre ao Dr. Xavier. Mas, em especial, ao DTG, ao nosso Moto Clube Corretores do Asfalto, e esse trabalho que protagoniza o aprimoramento das relações entre as pessoas, entre os colegas. O Dr. Xavier foi colega do meu avô, o meu avô era corretor, o meu pai é corretor, eu sou correto, e sou de uma família de linhagem de corretores, Ver. Hamilton Sossmeier, e é fundamental essa relação de parceria. Às vezes o Naor tem um imóvel para vender, mas quem tem o comprador é a Iara, e essa oportunidade que nos dá os Corretores da Tradição, o Moto

Clube, os Corretores Doadores, é para aproximar as pessoas e gerar oportunidades e negócios.

Não quero me estender, apenas faço esse registro com muita alegria aqui. Muito obrigado a todos os vereadores que, por unanimidade, aprovaram esta homenagem justa a essa profissão que tem feito a diferença em favor da cidade, em favor das nossas pessoas. Vida longa aos corretores de imóveis, muito obrigado, e que Deus abençoe a todos. Agradeço a atenção.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias): De imediato, passamos a palavra ao Sr. Edmundo Carlos de Freitas Xavier, ex-presidente do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis e ex-presidente do Creci-RS.

SR. EDMUNDO CARLOS DE FREITAS XAVIER: Srs. Vereadores, corretores de imóveis presentes neste dia solene, eu gostaria de fazer uma reflexão de cunho muito pessoal. A vantagem de a pessoa ter 87 anos é ter uma visão quase celestial do antes e do depois, sobretudo, quando depois deu muito certo, como é o caso dos corretores de imóveis. Qual é o antes? O antes é que antes da Lei nº 6.530, nós lutávamos no Supremo quanto a constitucionalidade ou não da regulamentação da profissão de corretores de imóveis. Falava-se, na época, da Lei nº 4.116, que por uma iniciativa do Sindicato dos Advogados, do então Estado da Guanabara, levantou a sua inconstitucionalidade. E depois de alguns meses de debate, a Lei nº 4.116 caiu e nós ficamos – já na condição de presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – com a necessidade de fazer uma reestruturação dessa atividade. Na época do debate no Supremo Tribunal Federal, ouvi e li a opinião do ministro Cordeiro Guerra, se não me engano, que era o relator da matéria: “Corretores de imóveis, atividade de patente vulgaridade, não necessita ser regulamentada”. Para quem militava já no mercado imobiliário e na direção das entidades de classe, valeu esta afirmação de S. Exa. como uma apunhalada: “corretores de imóveis, atividade de patente vulgaridade que não se necessita ser regulamentada”. Mas passado esse primeiro momento, chegamos à conclusão de que o ministro tinha um pouco de razão, por quê? Nós não tínhamos nenhum preparo técnico para exercer essa profissão que é tão importante no contexto social e econômico do País. Ao fazer o planejamento da Lei nº

6.530, cuidamos, com toda a assessoria que o Ministério do Trabalho nos proporcionou, de montar, antes da lei, um curso para corretores de imóveis. A partir daí a história se alonga um pouco, esse curso foi criado uns anos depois no Ministério da Educação, no Conselho Federal de Educação, e para surpresa e alegria nossa, a primeira entidade que se propôs a ministrar o curso foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Escola Técnica de Comércio, ligada à Faculdade de Economia. A partir daí o corretor começou a crescer, a sociedade começou a considerá-lo, e aí uma sequência de acontecimentos, inclusive a própria Lei nº 6.530, que finalmente regulamentou a profissão, mas com a obrigatoriedade do Curso de Técnico de Transações Imobiliárias. Hoje esse curso existe em todo o Brasil, inclusive na versão acadêmica de 3º grau, que é o Curso de Gestor Imobiliário. Vários cursos existem no País.

Por tudo isso, com o tempo, o próprio corretor se conscientizando das suas obrigações dos seus deveres, da sua validade econômica, aconteceu o que antes chamei do depois que deu certo. Hoje, se estabeleceu uma comparação, o Presidente desta Colenda Câmara é um corretor de imóveis e a Câmara e o Presidente, e o Presidente e a Câmara nos proporcionam este momento agradabilíssimo pelo qual nós agradecemos, como corretores de imóveis, que é esta homenagem tão significativa para nós que os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente nos prestam.

Por todas essas razões, não querendo me alongar, eu cumprimento, particularmente, o Presidente Márcio Bins Ely, e a todos os Srs. Vereadores por esta homenagem que nos coloca num novo pedestal do conceito do profissional liberal que, segundo o Ministro Cordeiro Guerra, exercia uma atividade de patente vulgaridade e não precisava ser regulamentado. Foi regulamentado e foi inserida no contexto social por ser uma atividade útil, necessária que até hoje perdura e perdurará por muitos anos se Deus quiser. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias): Convidamos o Sr. Naor Eduardo da Silva Lagoas, 2º vice-presidente do Creci, para fazer uso da palavra.

SR. NAOR EDUARDO DA SILVA LAGOAS: Boa tarde a todos e todas, Presidente Márcio Bins Ely, saudando o senhor, saúdo a todos os componentes da Mesa Diretora. Inicialmente, gostaria de parabenizar o pai da nossa Lei nº 6.530, se me permitem, o Dr. Edmundo Xavier. Dr. Edmundo, quando iniciou aquela caminhada lá atrás regularizando a nossa profissão, o senhor gerou uma distinção muito grande, não apenas para nós aqui, corretores de imóveis, mas para a sociedade civil como um todo, porque hoje, senhoras e senhores, mais de 800 profissões que existem no Brasil, e nós colocamos de diversos *status*, diversos tamanhos e formas, vem o frentista do posto de gasolina, o atendente da farmácia, diversas profissões, apenas 33 profissões, Dr. Edmundo, são efetivamente previstas no Código Civil e estão devidamente regulamentadas, e uma delas é essa que o senhor trabalhou de forma árdua, de forma genuína e cristalina para nos permitir aqui. Mas nós não paramos por aí, Dr. Edmundo, com o trabalho constante de profissionais abnegados, assim como o nosso vereador que hoje abre a tribuna para nós fazermos esta homenagem, também nos conduz e irá conduzir por mais um triênio no nosso Conselho Regional dos Corretores de Imóveis a cada vez evoluirmos e agregarmos mais aos nossos profissionais e à sociedade porque a partir do momento que os nossos profissionais que valorizam e investem no seus conhecimentos e nas suas técnicas, nós vamos abrangendo e aumentando o espaço a ser ocupado na economia. Hoje, o corretor de imóveis pode se tornar perito avaliador e, através disso, ser nomeado pelos juízes como perito avaliador e fazer **o** PTAM, que é o Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, onde auxilia a justiça na resolução dos questionamentos dos valores de mercado das propriedades envolvidas em ações judiciais. Isso também foi conquistado com a evolução, Dr. Edmundo, da lei que o senhor é o pai. **I**sso também nos deixa em aberto e nos deixa muito felizes de termos por traz dos conselhos regionais a estrutura, Dr. Manoel, do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, que está sempre nos apoiando, que está sempre nos dando alternativas e ferramentas para cada vez evoluirmos e colocarmos à disposição do mercado e dos profissionais da área, através dos cursos, como o Presidente Márcio Bins Ely colocou aqui, da Plataforma EAD, através de vários eventos que fizemos e realizamos com o intuito de profissionalizar e dar cada vez mais envergadura e qualificação aos profissionais da área. Portanto, é com muita honra, com muita satisfação que agradeço, em nome de todos os colegas do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, não apenas ao senhor, Dr.

Edmundo, ao Dr. Manoel, que representa o nosso Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, mas em especial ao Presidente Márcio Bins Ely que colocou dentro da nossa instituição uma gestão realmente que evoluiu e que mudou de patamar a nossa profissão. Muito obrigado a vocês que são profissionais, pessoas exemplares e que nos capitaneiam no intuito de cada vez evoluirmos mais e nos aproximando da sociedade civil para que tenham em nós aquelas pessoas de referência, para que consigam, de forma segura, dar continuidade e seguimento no patrimônio das suas famílias. Muito obrigado a todos. Boa tarde. Que Deus nos abençoe.
(Não revisado pelo orador.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Convidamos o Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Márcio Bins Ely, para que proceda a entrega do diploma aos presentes aqui em homenagem ao Dia Nacional do Corretor de Imóveis.

(Procede se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabenizamos o Presidente desta Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Márcio Bins Ely, pela homenagem a todos os presentes. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h03min.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (15h07min) Estão reabertos os trabalhos. Obrigado, Ver. Hamilton Sossmeier. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sr. Sandro Luis Vieira Abadde**,** Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre, que tratará de assunto relativo à privatização

da Carris. O Sr. Sandro Luis Vieira Abadde está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. SANDRO LUIS VIEIRA ABADDE: Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely; boa tarde, vereadoras, vereadores; boa tarde meus colegas Sérgio Vieira, presidente da Associação Única dos Rodoviários do Rio Grande do Sul - Aura; Emerson Dutra, diretor do Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre; boa tarde às nossas colegas Rosângela e Gorete que estão aqui pelo mesmo motivo. Vereadores e Vereadoras, eu venho aqui transmitir o que os trabalhadores da Companhia Carris desejam no dia de hoje. Hoje eles desejam uma explicação, por parte do prefeito, que acho justa e tenho certeza que os senhores e as senhoras também acharão justa. Eles querem saber o que vai ser deles após a privatização da Cia. Carris? Aqueles trabalhadores que estão faltando até cinco anos para se aposentar, aqueles trabalhadores que têm estabilidade, aqueles trabalhadores e trabalhadoras que são pais e mães de família, vereadores e vereadoras de Porto Alegre, queria que vocês fossem avós desses trabalhadores e dessas trabalhadoras, questionando o prefeito, questionando a base do governo do porquê não foi explicado ainda o que vai acontecer com esses trabalhadores e essas trabalhadoras que são mães, são pais de famílias. É essa pergunta que se faz aos vereadores e às vereadoras que são da base aliada ao governo. Essa eleição que fizemos em Porto Alegre para a prefeitura, vou usar as palavras da Ver.ª Bruna, vai sair muito cara para os trabalhadores, vai sair muito cara para a população de Porto Alegre. Essa perseguição em cima dos rodoviários, desde o tempo do Marchezan e agora com a gestão Melo, está sendo muito sacrificante para esses trabalhadores e essas trabalhadoras; trabalhadores e trabalhadoras que o simples interesse deles é trabalhar, é levantar às 4h da manhã e ir deitar às 2h da manhã. Essa classe de rodoviários, vereadores e vereadoras de Porto Alegre, são os primeiros a acordar e são sempre os últimos a dormir. Estamos cansados dessa perseguição, estamos cansados de ter que acordar todos os dias e ter que se preparar para a luta, pois o ataque e a perseguição em cima desses trabalhadores não para, não cessa, sai prefeito, entra prefeito, não cessa. Por isso, vereadores e vereadoras, colegas que estão me assistindo em casa, meus colegas que estão aqui no plenário, está sendo muito injusto o que está acontecendo com os trabalhadores, era para esta Câmara estar lotada de rodoviários, podendo olhar nos olhos

de cada um dos vereadores tendo que questionar o prefeito o que vai ser dessas pessoas, o que vai ser desses trabalhadores e trabalhadoras? A cidade, com a privatização ou sei lá o que vai ser feito da Cia. Carris, ela não vai parar, mas esses trabalhadores estão inseguros, e eu acho mais do que justo questionar o vereador, a vereadora da base do governo, para que eles questionem o prefeito o que vai ser desses trabalhadores e essas trabalhadoras? Nós estamos nos preparando para mais um ato de guerra, mais um ato de movimento, mais um ato de paralisação, de enfrentamento, nós estamos tendo que levar para a frente da trincheira trabalhadores e trabalhadoras que só querem trabalhar, o negócio deles não é confusão, mas a Prefeitura não está dando uma alternativa. Nós pedimos aos vereadores e às vereadoras que convençam o prefeito a nos dar um prazo até fevereiro ou um prazo que ele ache melhor para poder esclarecer o que vai ser com esses trabalhadores e com essas trabalhadoras. Esse é o pedido dos rodoviários da Carris, esse é o questionamento dos trabalhadores da Carris. Os trabalhadores da Carris estão nervosos, estão querendo lutar, trabalhadores que não são de luta, trabalhadores que foram para a Companhia para trabalhar, eles não são de protesto, mas eles vão ter que entrar numa guerra para defender o seu emprego, para defender a sua família. Enquanto pessoas que foram eleitas pelo povo e até por eles próprios não estão questionando o governo, não estão questionando o prefeito, os secretários. O que vai acontecer com esses trabalhadores? A Carris vai completar, no ano que vem, 150 anos, e nós estamos pedindo só seis meses! Não estamos pedindo mais do que isso, é até fevereiro. O Sindicato dos Rodoviários está montando um PDV junto com a empresa, junto com os trabalhadores para amenizar o impacto da finança da Carris. Pessoas que realmente querem sair, pessoas que sabem que têm que ficar em casa, que têm que se aposentar, enfim. Em janeiro do ano que vem está prevista a retirada de 102 ônibus. São 102 ônibus que vão sair de circulação, que vão parar de onerar os cofres com o aporte de combustível e de manutenção, são quase 500 funcionários que vão sair do aporte da Prefeitura. A Carris não está sucateada, a Carris tem quase cem ônibus novos, a Carris é a empresa que tem os ônibus mais novos de Porto Alegre. E por que vã privatizar uma empresa que tem ônibus novos? Isso é loucura. Mas reforço o meu pedido, em meu nome, em nome dos diretores, em nome do Sindicato, em nome dos rodoviários da Carris: deem uma explicação, vereadores da base, da situação, peçam uma explicação para o prefeito se pronunciar e explicar. Até agora não

foi explicado nada para esses trabalhadores, não foi feita uma proposta de saída, até mesmo de realocação deles em outra secretaria. Esses trabalhadores estão dispostos a receber, estão dispostos a conversar, estão dispostos a construir juntos uma alternativa. E eu tenho certeza, o prefeito bateu várias vezes na mesma tecla, ele entrega a empresa Carris para os trabalhadores administrarem. Pois então vamos administrar juntos, nos deem seis meses. Não querem dar seis meses? Deem cinco. Vereadores e vereadoras, antes de crucificarem os trabalhadores, deem pelo menos a oportunidade de eles entenderem o porquê eles estão sendo crucificados, o porquê eles vão para o abate, o porquê vai ser encerrada a profissão deles. Esses trabalhadores que estão a pronto para se aposentar não sabem o que será deles logo ali na frente. Então, Presidente Márcio, vereadoras, vereadores, tantos vereadores que eu consigo olhar agora e ver amigos, companheiros de luta, em 2019, os trabalhadores rodoviários estão cansados de lutar, mas se tiver que lutar, eles vão lutar. Estão cansados, mas eles vão levantar para lutar. Espero que os vereadores e as vereadoras de Porto Alegre não deixem acontecer um caos na nossa cidade. Antes disso, prefeito, segura um pouco esse projeto, vamos conversar melhor porque nós temos condições de salvar a Carris. Forte abraço a todos. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente em exercício, Ver. Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, prezado Abadde, presidente do Sindicato dos Rodoviários, meu caro Emerson, lutador histórico, o que o Abadde traz aqui é um fato inequívoco. Nós teremos um caos nesta cidade, um caos, mas o que eu quero acrescentar, de forma muito enfática, aos nossos telespectadores da TVCâmara, é que isso, do ponto de vista da cidade, é desnecessário. E aqui digo, particularmente, Ver. Roberto Robaina, líder do PSOL; Ver. Aldacir Oliboni, líder do PT; Ver.ª Bruna Rodrigues, líder do PCdoB, que não precisaria acontecer nada disso. O que o prefeito faz é verificar, na opinião dele, que uma

pessoa está doente e manda matar. Ora, se há algum problema na Carris grave e importante, poderia vir para cá, uma sugestão, uma ideia, um pedido do prefeito, e nós auxiliaríamos no que dá para fazer. O que precisa fazer? O que é necessário fazer? Vamos trabalhar aqui. Vamos, em conjunto, verificar isso. Uma empresa com 149 anos! Vai fazer 150 anos agora! Uma empresa que é a marca de Porto Alegre! É a melhor empresa de transporte coletivo do Brasil. Não é, como dizem alguns, a melhor empresa pública, porque são poucas, é a melhor empresa -comparando pública ou privada, tanto faz, a Carris é a melhor. A Carris é um exemplo e regula o transporte coletivo. Com a crise recente da Trevo, todos sabem, se não é a Carris a assumir as linhas de empresas que não querem fazer o seu trabalho, Ver.ª Karen, nós estaríamos hoje com muitas pessoas sem transporte. Essas empresas que são concessionárias, permissionárias, na verdade, essa ATP que é uma espécie de máfia do transporte coletivo, via de regra, só busca os seus interesses e, quando não tem os seus interesses atendidos, ela não presta o serviço correto à população. Quem é que vai prestar esse lugar? A Carris. Quem é a empresa que o porto-alegrense tem confiança de que o seu direito constitucional de ir e vir será respeitado? É a Carris, é ela que garante. Por isso, vereadores e vereadoras, o que o prefeito está colocando e seu governo é uma situação absurda e desnecessária e um prejuízo enorme para a cidade, enorme, para além do caos. E falou muito bem aqui o presidente do Sindicato, para além do caos que será criado, para além disso, nós temos todo um futuro onde a empresa símbolo, um dos grandes símbolos de Porto Alegre - que é a Carris -, a empresa que garante o transporte coletivo de passageiros, de fato, é a Carris, e ficará em mãos privadas. Que diferença haverá entre a Trevo e a Carris, quando não tiverem interesses atendidos? Nenhuma! A ATP vai continuar mandando, e, mais ainda como faz nos últimos 60 anos na cidade. Por isso fica aqui, em nome da oposição, o nosso protesto. Uma situação caótica que será criada em Porto Alegre a partir de agora, por conta de um compromisso de caráter ideológico, de caráter não sei qual que o prefeito tem com a sua base no governo, com seus apoiadores, porque eu não acredito que o prefeito, sendo aquele mesmo vereador que conviveu conosco, nesta Casa, tenha ele mesmo essa ideia em relação A Carris. Não é possível. Ele sabe que nós temos razão, ele sabe que, se há algum problema, nós poderíamos resolver. Ele sabe o caos que será criado, ele sabe que a Carris é imprescindível para a nossa capital. Então, é uma revolta muito grande que temos, porque

verificamos que todos os dias esses argumentos são colocados ao prefeito, todos os dias nós estamos alertando, fizemos reuniões, parece que falamos sozinhos. O prefeito e o seu secretariado não nos ouvem. Se ouvem, não prestam atenção, não consideram qualquer argumento. E agora ficamos numa situação dificílima, nós vamos para o enfrentamento. Isso é importante que os rodoviários saibam, que nós estaremos juntos em cada momento, Sérgio, Emerson, presidente Abadde, em cada momento dessa luta. Contem conosco, nós temos a mesma posição, nós temos compromisso com a cidade. Quem tem compromisso com a cidade há de defender a Carris. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente em exercício, Ver. Hamilton, nosso convidado nesta tarde, na Tribuna Popular, o Abadde, que é presidente do Sindicato dos Rodoviários, estendendo aqui nossos cumprimentos da bancada do PT - Ver.ª Laura, ao Ver. Jonas, Ver. Leonel e este vereador, ao Sérgio, à Rosângela, à Gorete, a todos os cidadãos e cidadãs da Carris e do Sindicato que estão acompanhando a sessão nesta tarde. Ora, Ver. Robaina, quem não sabe que a Carris é uma empresa pública e que deve ser preservada, Ver. Ruas? Somente os governos neoliberais e capitalistas que têm a função de entregar o que é público para o privado para terem muito lucro, muito lucro. Os senhores acham que, após a liquidação da Carris, ela vai para as mãos de quem? Vai para as mãos da iniciativa privada, vão escolher as linhas que vão fazer para poderem ter esse dito lucro. Ou os senhores acham que esses R$ 200 milhões da compensação tarifária não deveriam voltar, inclusive também para a Carris? Por que não abrem mão disso? Da gestão, da compensação tarifária? São R$ 200 milhões, Ver. Cecchim! Estão lá no caixa, mas a Carris não recebe nenhum tostão. Fora isso, mais de R$ 70 milhões dados no último ano do governo anterior e neste ano para as empresas privadas e seus consórcios privados. E para a Carris, quanto deram? Deram 23 linhas que deram prejuízo em tempos de pandemia. Mas a Carris tem que ser liquidada, a Carris tem que ser entregue... Dois mil servidores! E agora o presidente da Carris diz o seguinte, na reunião da EPTC, na sexta-feira: vamos

fazer muitos programas para poder resolver o problema, em tese, para depois entregar a Carris saneada. Uma delas é o PDV. Por que não fazem o PDV antes da liquidação, Ver. Robaina? Se é para fazer o PDV, por que não fazer antes para mostrar que, de fato, os cidadãos que não querem mais trabalhar, pedem o PDV? Não, querem entregar saneada. Eu desafio aqui: qual é o governo que deu a Carris saneada e sem corrupção? Foi o governo da Frente Popular. Antes do governo Fogaça, antes do governo Fortunati-Melo que sucatearam a Carris. Por que não falam nos mais de 30 CCs, Abadde, dentro da Carris? Não, tem muito vereador e vereadora aqui que indicaram CC na Carris, essa que é a verdade. Eu tenho nome, não preciso dizer, mas sou coerente com a fala. Nós queremos, Abadde, que o governo dê exatamente esse prazo. O secretário de mobilidade urbana, Luiz Fernando Záchia, concordou na reunião com os vereadores, sindicatos e entidades para seis meses, o que aconteceu no núcleo central do governo? Responderam não. Nós reforçamos aqui enquanto bancada o mínimo do mínimo é seis meses para poder ter dois grandes movimentos, a possibilidade de ser uma gestão enxuta junto com os trabalhadores – para concluir, Presidente – e também uma comissão que funcione nesta Casa para apontar a verdadeira realidade do transporte público por que a crise do transporte público não é Carris, é todos o sistema. E o sistema precisa abrir caixa preta de acesso às planilhas que o próprio prefeito fez essa crítica – essa que é a verdade – importante pedirmos paciência, governo, por favor, respeite a Câmara que está solidária e concorda com esse tempo. Vamos nos esforçar como nunca para podermos encontrar um meio, um mecanismo e poder sanear a carris e deixá-la com vida longa porque ela que sempre suportou a crise no transporte público. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores, vereadoras, trabalhadores da comissão, funcionários da Carris – Rosângela, Marcelo, Gorete, que está aqui conosco – trabalhadores e trabalhadoras da Carris. Eu me dirijo a eles também, Presidente em exercício, Hamilton, por quê? Porque o governo Melo – aliás, parece ser

uma característica desse governo – quer provocar transtorno, quer provocar confusão na cidade de Porto Alegre, atacando uma categoria profissional, produzindo desemprego de milhares de trabalhadores, esse é o plano do prefeito Melo para o transporte. Nós temos outro plano, um plano que, de fato, garante, transporte público e transporte barato, que reduz a passagem de ônibus. Nós queremos desfiar o governo a discutir quem tem um plano adequado para, de fato, melhorar o sistema de transporte? Nós temos um plano e gostaríamos de discutir esse plano nesta semana, mas na quinta-feira, Gorete – que tem sido uma guerreira na luta dos funcionários inclusive teve crise de pressão nesta semana, porque os trabalhadores da Carris estão se esforçando, sim, para uma solução negociada. E a solução negociada partia sim dessa proposta o prefeito Melo suspendesse essa tentativa de privatizar a Carris. Mas já está claro que o governo Melo não tem interesse numa real negociação. Sendo assim, os trabalhadores da Carris, corretamente já votaram, Ver. Pedro Ruas, líder da oposição, a partir de quinta-feira, nós teremos uma forte greve geral dos trabalhadores da Carris, e essa decisão está muito bem tomada em assembleia porque não é possível que os trabalhadores e trabalhadoras da Carris aceitem que o governo faça com que os rodoviários, que garantem o serviço essencial, paguem pela crise do transporte que não foram eles que produziram. Aliás, gestões do MDB que produziram uma parte dessa crise inclusive com denúncias fartamente documentadas de corrupção na gestão da Carris e agora querem provocar demissões de trabalhadores entregando a empresa pública para negócios privados. Ver. Cassiá, que é do PP, partido que ideologicamente para de oposição ao PSOL, mas eu sei, Cassiá, que o senhor, como vereador, não quer produzir crise na cidade, mas é esse o resultado que a política do prefeito vai produzir. E eu espero que seja uma greve por tempo indeterminado porque o governo além de tentar derrotar os trabalhadores da Carris, segue com o seu projeto de início da extinção da categoria dos cobradores. Portanto, é um ataque sistemático à família rodoviária e nós, que defendemos o serviço público, que defendemos os diretos e os interesses dos trabalhadores, não vamos hesitar em prestar total apoio a categoria dos rodoviários, portanto eu aviso os vereadores e vereadoras que, às vezes, fazem debate nesta Câmara, neste plenário como se fossem alienados dos problemas da cidade, pois o sistema de transporte é verdade, está colapsado. Mas está colapsado porque sempre os governantes responderam aos interesses das empresas privadas e agora, mais uma vez,

o governo quer privatizar uma empresa pública. Nós vamos fazer um movimento de solidariedade como nunca se viu em Porto Alegre. Saibam companheiros e companheiras da comissão da Carris, os delegados sindicais como o Max, como o Afonso, os ativistas que já estão preparando a greve de quinta, nós faremos um movimento de solidariedade muito forte, muito forte. Presidente Hamilton, o senhor que é um homem da igreja, é preciso saber que em todos os lados esse sistema será debatido. E nós vamos buscar ganhar a sociedade para defender os direitos dos rodoviários, para fazer o que milhares e milhares de trabalhadores percebam que a tentativa de derrotar os rodoviários hoje é a possiblidade de uma política para derrotar as lutas do conjunto da classe trabalhadora. Portanto, a partir de quinta, seremos todos rodoviários da Carris, todos cobradores da Carris e todos cobradores que não aceitam demissões em massa, que não aceitam uma política que só beneficia uma minoria privilegiada da cidade de Porto Alegre. Parabéns aos funcionários da Carris, que estão dando a única resposta possível para vencer uma batalha como essa, a resposta da luta da mobilização permanente e da greve. Parabéns e uma boa luta. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Hamilton, quero trazer aqui a minha saudação, em nome do mandato, em nome dos lutadores, e também em nome das municipárias e dos municipários. Sou municipário, sabemos da importância da luta sindical, a luta em defesa do património, a luta em defesa do serviço público de qualidade na capital. E o transporte tem perdido qualidade porque os seus trabalhadores não são ouvidos, os trabalhadores não são valorizados e esse prefeito que aí chegou, dizia que iria fazer e acontecer para melhorar, está fazendo como fantoche do Ricardo Gomes. Como pode um prefeito se tornar um fantoche de um neoliberal? O que entende o Ricardo Gomes de transporte público? Nunca pegou ônibus na vida, não sabe o que é pegar um ônibus lotado, um Restinga, um Belém Novo, um Lami! Não sabe, tem que ouvir a população sobre o transporte, prefeito. Esqueça esses neoliberais que estão querendo o arrastar para o

buraco tentando vender empresa que ajuda a manter a qualidade na cidade. Se esse caminho for tomado e a sua consequência vier, quem perde é a cidade. Tem a minha solidariedade todas as rodoviárias e todos os rodoviários, a Carris pública é uma necessidade desse transporte que hoje está refém da ATP. Se continuar na mão da ATP, pode vender o que quiser, nós não teremos qualidade, prefeito Melo, comece a ser prefeito para Porto Alegre, não prefeito do vice-prefeito, isso nós não podemos considerar como adequado. Para concluir, portanto, nós somos contrários a essa tentativa de desmonte de uma empresa que precisa perder a mordaça. O que estão fazendo na Carris é amordaçando-a para que ela seja sucateada e aí dizerem que é ineficiente. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Karen Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Subo a esta tribuna também para saudar a luta dos rodoviários de Porto Alegre que estão numa batalha a meses de convencimento da população de Porto Alegre. Esse projeto não se sustenta, não se sustenta primeiramente porque a gente ainda não recebeu um estudo de impacto financeiro. Isso é uma vergonha, os vereadores ainda não estarem cobrando de uma forma veemente porque o projeto está pronto para ser votado, e a gente não tem nenhuma base técnica que sustente que esse projeto, ao ser votado, não vai onerar ainda mais a população e os cofres públicos.
Importante salientar que a Prefeitura ainda está no prazo de se manifestar em relação a liminar que foi proferida pelo Ministério Público pela pasta de patrimônio que coloca que a Prefeitura tem de assumir, de fato, a gestão do sistema de bilhetagem, é ali que está o furo. A natureza da crise do transporte na cidade é da natureza de uma gestão privada; privatizar a Carris é premiar a fraude, é premiar a ilegalidade, é premiar essa exaustão de argumentos que o governo vem levantando nesse tempo que a gente conseguiu de trégua dessa batalha, mas que não vai se resolver sem uma decisão política por parte do governo. Não se trata somente de um debate técnico até porque não tem estudos, se trata de uma posição política de um governo liberal que quer privatizar de qualquer jeito porque Porto Alegre é o

único lugar do Brasil que tem empresa pública que não pode ter porque não pode ter. Ao mesmo tempo não tem nenhuma contrapartida para a população. Não tem nenhuma garantia de que a passagem vai reduzir, não tem garantia de que as linhas que foram excluídas vão retornar, que a tabela de antes pandemia vá retornar para beneficiar de alguma forma a população. Nesse sentido, nós temos que saudar a greve que está sendo construída, nós temos que saudar a mobilização dos trabalhadores que estão fazendo o debate público correto e necessário que tem de ser feito, porque senão, esse projeto vai passar e nós novamente, ano que vem, vamos estar debatendo aqui a crise do transporte que não se resolver sem combater a máfia da ATP e sem caminhar no sentido da regulamentação dos aplicativos, que é um debate que a gente tem que fazer também dentro desta Câmara de Vereadores. Então, era isso. Esse é o meu papel aqui nesta tribuna, quinta-feira é um dia muito importante de luta, e é uma convocação para todos aqueles e aquelas que se importam, que pegam ônibus, que estão ao lado dos rodoviários, precisam se posicionar, estarem lá na porta da empresa e dar esses ás, essa motivação que está faltando nessa batalha, nessa reta final. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde aos colegas; boa tarde ao Presidente em exercício, Ver. Hamilton; boa tarde à base, aos representantes dos sindicatos dos trabalhadores rodoviários; boa tarde à Rosane, que é uma mulher rodoviária, trabalhadora que luta hoje pelo seu direito a seguir trabalhando e prestando um serviço importante à cidade. Eu venho manifestar a opinião do PCdoB nesta Tribuna Popular, que é fundamental não só para esta Casa, mas também para quem acompanha o drama, a crise do transporte na nossa cidade. Um drama e uma crise que não começaram hoje, mas que, sem dúvida nenhuma, termina com esse projeto de privatização da Carris. Nós sabemos que a crise do transporte é uma crise profunda e atinge a modalidade dos transportes como um todo. Hoje nós não sabemos que transporte coletivo nós queremos na cidade. Se nós fôssemos fazer uma reflexão, e aí eu também faço a partir das mulheres

e homens que nos acompanham pela TV Câmara, se nós tivéssemos um transporte público, ofertado pela iniciativa privada, de qualidade, quem sabe, hoje, a nossa manifestação, Abadde, nesta tribuna, fosse infundada. O problema é que hoje também a iniciativa privada não soluciona o problema do transporte. Nós temos uma crise na modalidade do transporte. Por que é que hoje a nossa manifestação na tribuna é de defesa da Carris? Eu, Ver. Cecchim, me criei lá na Vila Cruzeiro, a Carris nos atendia com o T3. O rolê da minha adolescência era pegar o T3, Ver.ª Mônica, para circular na cidade, porque essa linha da Carris, a nossa única linha da Carris, nos apresentava um outro transporte coletivo, uma outra experiência. Os ônibus da Carris tinham ar-condicionado, cheiravam bem, tinham bancos melhores, têm bancos melhores e entregam para a cidade o melhor transporte público que esta cidade poderia ter. Tratam bem o usuário e a usuária, porque, quando nós identificamos o problema e identificamos a linha, nós temos condições de gerenciar esse problema, não porque é privado, mas porque é público. O que nos parece é que nós temos um Executivo municipal que tem ojeriza ao que é público, não gosta do que é público, não tem prazer em gerir, em gestar o que é público, como se a iniciativa privada fosse a solução para todos os problemas, mas nos entrega um péssimo sistema de transporte na cidade com ônibus, com frota sucateada, sem ar-condicionado, muitas vezes, sujo. A gente precisa fazer uma reflexão do que nós queremos para a cidade, isso o prefeito não sabe dizer, e isso é um problema. Como já foi dito aqui: qual o estudo embasa a privatização da Carris, Ver. Oliboni? Qual o estudo que embasa? O prefeito ficou de nos apresentar numa reunião, porque, de forma presencial, ele não conseguiu nos apresentar dados convincentes, mas ficou de nos apresentar numa reunião privada e também não conseguiu. O que nos parece hoje é que tem um problema, e a gente precisa se livrar, mas esse problema vai seguir sendo nosso, vai seguir sendo desta Casa. Por isso nós precisamos nos dedicar a defender a Carris e, inclusive, a partir dela, apresentar uma outra modalidade, apresentar o que nós queremos para o transporte público da cidade. Eu não acredito que essa seja a solução. E aí, Abadde, eu quero te dizer uma coisa: o dano maior não vai ser do trabalhador, porque vocês vão seguir a vida, mas o usuário do transporte vai ser lesado, roubado e impedido de utilizar o transporte público da cidade, porque a relação pública está dialogando com a necessidade da cidade, a iniciativa privada está dialogando com o bolso. Ou as contas da Carris não são públicas? Até hoje, nós não sabemos o que

são os custos do transporte da iniciativa privada. É necessário defender a Carris, para que nós tenhamos um transporte melhor, um transporte que entregue para a cidade e que satisfaça a cidade. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não havendo mais inscritos, está encerrada a Tribuna Popular sobre a privatização da Companhia Carris, que contou com a participação do Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre. Agradecemos ao Sandro Luís Vieira Abadde e aos demais participantes. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h48min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h51min) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Hamilton Sossmeier, V. Exa. fica muito bem presidindo os trabalhos; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; eu ouvi o Ver. Robaina e o Ver. Pedro, os discursos de S. Exas. sobre a Carris. Eu quero dizer, antes de começar a falar, que, sem dúvida, acordo feito será acordo cumprido. Nesta semana não será votado o projeto da Carris. Só para ficar claro: não se vota a Carris. Ver. Oliboni, eu e V. Exa. tivemos covid, e a covid, às vezes, nos atrapalha um pouco. Eu até hoje tenho alguns lapsos da covid, Ver. Moisés, V. Exa. foi, talvez, o que esteve mais grave com esse bichinho. Então, Ver. Oliboni, eu queria acreditar que, quando o senhor se atrapalha com os números da Carris, das empresas particulares e tal, é em função da covid, não é porque V. Exa. esteja de má-fé, deve dar uma atrapalhada, porque mistura um pouco R$ 70 milhões para cá, 40 para lá, e não é bem assim. Nós temos de ter muito cuidado, quando a gente joga os números aos ventos, e não ao vento só, fica difícil, depois, de recolher. Escutei atentamente todos os discursos e volto a dizer que cada vereador tem o direito, e muitos têm a obrigação de fazer aquilo que sua base representa. Não tenho nada o que retirar, mas volto a dizer que o projeto do prefeito Sebastiao Melo não veio agora para a

Câmara, é um projeto que ele defendeu durante a campanha, no primeiro e no segundo turnos. Não é nada de surpresa, é convicção do prefeito Melo. Ele foi votado com essa convicção, se elegeu prefeito dizendo, antes da eleição, que precisava resolver o problema da Carris. Quanto nós falamos "problema da Carris", nós não falamos que o culpado é o funcionário da Carris, longe disso! Não sei se o Abadde ainda está aí, mas o culpado não é o funcionário da Carris. Nós temos que distinguir muito bem isso, Ver. Pedro Ruas. Eu não sei, vem de muito tempo o problema da Carris e do transporte como um todo, mas a Carris paga o pato desde a época da intervenção, aquela intervenção desastrada do prefeito Olívio Dutra, e foi passando. Até recuperar isso, Ver.ª Mônica, até hoje nós estamos pagando o preço daquela intervenção. A bilhetagem eletrônica, a ATP, que se fala muito aqui, tudo isso foi feito após a intervenção do prefeito Olívio Dutra. Tudo isso surgiu naquela época. É lógico que, de lá para cá, ninguém resolveu, e o prefeito Sebastião Melo quer resolver isso sem atropelos, sem intervenção, mas através do voto dos vereadores. Os vereadores foram eleitos para votar e para tomar algumas decisões, para votar a favor, ou votar contra o projeto ou os projetos do Executivo. Nesse caso da Carris, o prefeito Sebastião Melo não está fazendo nenhuma surpresa, volto a afirmar. Foi propagado, foi dito, foi defendido no primeiro e no segundo turnos sem fazer rodeios, falou claramente para a população. A população elegeu o projeto do prefeito Sebastião Melo, e, aqui na Câmara, eu vou apoiar logicamente. A grande maioria dos vereadores desta Câmara vai apoiar, mas, volto a dizer, respeitamos as opiniões contrárias. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Questão de ordem, Ver. Aldacir Oliboni?

Ver. Aldacir Oliboni (PT): Sim! Quero dizer para o Cecchim que eu estou bem lúcido e com a memória muito boa, por isso foi muito coerente a minha fala da tribuna, está bom? Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridas e queridos moradores de Porto Alegre, vocês, muitos, certamente moram perto de escolas, sejam públicas, sejam privadas, sempre tem uma escola numa comunidade. Muitos governos nem sabem que as escolas existem. Educação? Não. Nomeia qualquer um, qualquer um pode ser secretário, secretária de educação, não interessa quem. Está lá, é uma pasta, tem recursos, tem que ter, tem gente que pensa assim, tem que ter educação. Nem se importam, nem sabem o que acontece dentro de uma escola. Não sabem o que é um currículo, não sabem o que são disciplinas, não sabem o que são os projetos político-pedagógicos. Muito menos vão saber dos avanços das ciências da educação, não sabem como as pessoas constroem conhecimento. Não podemos exigir de todo mundo que saibam tudo, nem dos prefeitos neoliberais, como esse que aí está, que se importem com a educação. Por não se importarem com a educação, minhas colegas e meus colegas vereadores, mandaram para as escolas um PowerPoint. É! A política do PowerPoint fez escola lá em cima, e aqui eles estão reproduzindo. "Faz um PowerPoint aí e manda para a escola!" Mandaram. Proposta pedagógica, rede municipal, e ainda acharam um desenho bonitinho, botaram uma criancinha ali, com um livrinho no colo. E aí tu lês o material, desenhos, figuras, objetivo, propósitos, tem intenções, mas não tem uma base teórica, não tem uma justificativa, não tem um embasamento, não há princípios claros, não diz a que veio, não se compromete com o debate real do acumulado histórico de centenas, de milhares de professoras, de pesquisadores da área educacional que estudam como a escola se constrói, seu currículo, sua política pedagógica. Eu queria saber de onde saiu. A secretária, claro, ela não fez isso aqui. Uma secretária, doutora em educação, jamais faria um debate tão raso e mandaria para a escola como proposta de mudança. E a proposta da secretária é: não vai mais haver filosofia no ensino fundamental. Ela quer decretar: "Está proibido pensar! Não pensarão!" Essa é a proposta. Tira a carga horária de filosofia, uma conquista histórica da humanidade, ela tira. Mais do que isso, está aqui, e eu não consigo crer: o espanhol esmagado. A língua espanhola, nossa língua-irmã, dos argentinos, uruguaios, bolivianos, chilenos, de todo o povo latino-americano! "Não, fica para baixo! Vocês não, espanhol não!" Pior do que isso: sem uma fundamentação. Até poderia. Sabem por quê? Porque falta-lhe coragem para dizer por que não quer filosofia, por que não quer espanhol. Mais do que isso: reduz a carga horária de história, vereadoras e vereadores! Sabem por que eles não querem história,

professora Luciane, que está aqui? Porque eles não querem que o povo saiba o que aconteceu no passado, porque eles querem reproduzir o passado! O passado é da ditadura, o passado é da mordaça, é contra a democracia, é contra a participação na escola. Essa secretária caiu de paraquedas? É uma pergunta, não é uma afirmação! A senhora sabe da história da rede? A senhora sabe do plano municipal de educação? Não sabe! Por isso faz, a sua Secretaria, esse papelão. Aposto que o Melo não sabe disso. Aposto! Poderiam fazer melhor. Na própria Secretaria, haveria técnicos que têm conteúdo sobre educação. As escolas têm que debater e construir a partir das suas necessidades primevas, que é a realidade cogente, não é a realidade de um, dois que acham, que nem sabem onde ficam as escolas. Se eu perguntar lá para os CCs onde fica o Lidovino, onde fica o Pessoa de Brum, onde fica o Liberato, onde fica o Emílio Meyer, nem sabem onde ficam as escolas e querem propor para as escolas a desidratação do currículo. Ainda há tempo para se afastar do erro, secretária Janaína. Eu acho que estão lhe engambelando. Isso acontece na política, quando querem puxar o tapete. Eu acho isso, porque uma proposta frágil como essa não poderia nem estar sendo considerada. Mas, como vivemos neste novo regramento da democradura, que é a mistura da falsa democracia com a ditadura dos poderosos, tudo é possível. Eu quero crer que a senhora, como doutora em educação, vai zelar para que os escritos e acumulados históricos sejam considerados nesse debate, e a gente, de fato, faça uma construção coletiva nesta cidade. Eu serei parceiro daquilo que envolver o debate real a partir das necessidades das nossas comunidades, e não da endogenia de um ou dois iluminados que acham que, com um PowerPoint, vão fazer grandes revoluções na escola. Não podemos perder tempo, isso é fato, mas, para a mudança real, é preciso iniciativa e abertura consistentes para o diálogo. Fora disso, não há futuro. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, estou, junto com o Ver. Pedro Ruas, que é líder da oposição, pedindo um minuto de silêncio pelo passamento do Tomaz Simon, que nos deixou nesse final de semana. Tomaz Simon, filho do nosso senador

Pedro Simon, irmão do deputado Tiago. O Pedro Ruas também quer fazer uma homenagem. É uma homenagem da situação e da oposição fazermos esse minuto de silêncio.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O Ver. Idenir Cecchim resumiu muito bem, apenas acrescento que conheci esse rapaz desde criança, e a todos nós chocou muito esse falecimento precoce, absurdo, uma tragédia. Então, a homenagem da Casa. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estaremos dando ciência ao ex-senador Pedro Simon da homenagem póstuma registrada. O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, pessoas que nos assistem pela TVCâmara. Não vou usar meus cinco minutos, mas eu não poderia deixar de fazer um alerta depois de tantos pedidos de pessoas que vêm nos procurar em função de um problema que ocorre nos caixas dos supermercados com relação a preços que não coincidem. Eu acompanhei uma cena no último sábado, em algumas redes, lojas de supermercados não fecham os valores de promoção. Lamentavelmente, temos o Ver. Mauro Pinheiro que conhece muito bem o assunto, a maioria das pessoas não conseguem acompanhar isso, principalmente porque vão sozinhas ao supermercado. O correto seria ir em duas pessoas. A gente tem recebido muitas reclamações com relação a isso, sei que não é aqui o órgão competente para esse tipo de reclamação, mas é o órgão competente para fazer um alerta para as pessoas que já ganham as suas remunerações, os seus salários de forma bastante baixa em relação ao alto custo da cesta básica no Brasil, que subiu assustadoramente nos últimos meses, com um endividamento violento. Tenho um dado aqui: o percentual de famílias que relataram

ter dívidas no mês de julho chegou a 71,4%, o maior patamar da história, iniciada em 2010. Com toda a dificuldade financeira que as pessoas vivem, com os seus salários - grande parte da população - mirrados, vão aos supermercados e, muitas vezes, não são atendidas nas suas reivindicações e têm que recorrer a três, quatro, cinco pessoas para que possam ser atendidas. Quando vão fazer a reclamação, Ver. Mauro Pinheiro, parece que estão incomodando. Esse tema tem chegado muito a nós, e vale a pena a orientação feita por esta Casa no sentido de que as pessoas, se puderem, não devem ir sozinhas ao supermercado, pois aí uma acompanha a colocação das compras, e a outra acompanha o valor que está na gôndola do supermercado, que, muitas vezes, não está coincidindo. Eu lamento, e a minha palavra aqui é praticamente um repúdio em relação a isso. Eu faço palestras sobre finanças, e as pessoas, na grande maioria, têm sido lesadas, muitas nem sabem que são lesadas, outras sabem, mas, pela correria, pelo tempo, acabam deixando passar. Quero deixar este meu registro e trazer, de forma categórica, a minha indignação pelo despreparo e pelo desrespeito com o consumidor brasileiro em relação ao que acontece nos supermercados. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.ª Mari Pimentel.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste. Quero também comentar o debate sobre a nossa mobilidade urbana, o transporte público, pois estava em pauta antes, na Tribuna Popular, a questão da Carris, e eu sei que esse é um tema que toca a todos nós, porto-alegrenses, especialmente aqueles que efetivamente se interessam por um melhor transporte coletivo na cidade, não é, Ver.ª Nádia? Eu vi muito, nessa pauta, o debate sobre o interesse do sindicato, o interesse dos funcionários X, Y, Z, mas o interesse do cidadão, do usuário do serviço e na tarifa mais barata, na melhor qualidade, isso passa um pouco ao largo do debate, e me preocupa um pouco. Se a gente realmente for discutir o tema do transporte coletivo à luz do que a Carris hoje oferece para a cidade, esses mais de R$ 500 milhões, quase meio bilhão de reais que foram aportados nos últimos 10 anos já dão muito o tom de como a Carris nos pesa no

bolso e como ela não contribui para o transporte coletivo. Ela contribui para si mesma, para essa estrutura, para esses funcionários, para essas organizações e influências políticas. Aí vem uma frase que eu, vira e mexe, contraponho às bancadas de esquerda aqui, às bancadas do PT, PSOL e PCdoB, de que é preciso uma estatal bem gerida. É da natureza das estatais, Ver. Matheus, terem influência política, é da natureza das estatais serem ineficientes, especialmente à luz da legislação brasileira: você não consegue fazer compra que não por licitação, você não consegue contratar que não por concurso. É muito difícil, mesmo para os melhores gestores, conseguir fazer uma empresa ser tão eficiente quanto as privadas. Pior ainda, é quase impossível que ele faça isso dentro da lei. E outra: como é da natureza das estatais serem influenciadas por políticos, me parece um contrassenso acreditar que uma hora nós vamos conseguir ter perenidade e seriedade na administração das nossas estatais. A gente sabe que não é assim, na verdade, é um risco para o bolso do pagador de impostos manter uma estatal que não só tem o problema de eventualmente estar envolvida em escândalos de corrupção ou de má administração, como também tem o problema de estar usando o dinheiro daquele que mais precisa, que é o pobre que está desempregado e que paga a tarifa mais cara, para ficar financiando um sistema ineficiente. A Carris hoje contribui para a passagem ser mais cara; a Carris, hoje, contribui para ter 30% de funcionários afastados, e você não ter eficiência no serviço. Então, mesmo a liquidação de uma empresa como essa significa ganho para a cidade de Porto Alegre, porque é dinheiro das pessoas mais pobres que pagam essa conta que vai poder ser destinado, efetivamente, para alguma coisa de melhoria na cidade, quer seja para o sistema de transporte coletivo, quer seja para as outras áreas de serviço público. Faço questão de subir aqui para pontuar este debate. Também quero aproveitar para contrapor o que ouvi aqui antes de várias lideranças dos partidos de oposição, dizendo que o governo Melo não presta, que o governo Melo e Ricardo Gomes são neoliberais, entreguistas, não servem para nada, estão fazendo uma péssima gestão, são incompetentes, etc. Pois bem, tão incompetentes e tanto que não prestam que, nesse final de semana, quando estavam entregando, fazendo uma concessão de um próprio municipal para o Museu do Hip-Hop, estavam lá lideranças de esquerda querendo aparecer na foto e sequer reconhecendo o esforço feito pelo governo ao fazer uma destinação muito mais proveitosa de um próprio municipal do que vinha sendo feito antes, e que não foi feito por eles. Eles tiveram a tal da

administração popular e não fizeram! Aumentaram o custo da cidade, desequilibraram financeiramente a cidade, quebraram o município de Porto Alegre, mas não fizeram, e agora não têm nem a coragem de reconhecer quando é feito. Eu acho no mínimo desonesto fazer a abordagem desta forma no debate público, porque esse negócio de ficar dizendo que nada presta, mas querer aparecer na foto, para, depois, ficar bonito, me soa, no mínimo, deselegante. A gente já sabe que, de certa forma, para muitos, essa é a postura, a gente vê que tem muitos vereadores que fazem questão de agredir, de tudo criticar e não têm o menor apreço pela verdade dos fatos. Por isso é importante vir aqui debater, reconhecer, e eu faço ainda mais questão, como líder de uma bancada independente, de vir dizer que mesmo o governo municipal peca na questão do transporte público. Esse é um tema que está em debate, e faço um convite a todos os vereadores para participarem de como nós construímos soluções que passam por revisão dos contratos, passam por revisão das tarifas, pelo projeto dos cobradores, pelo projeto da Carris e uma série de outras pequenas variáveis. Nós não esgotaremos este debate somente com um projeto, e o governo municipal está ciente disso. Talvez poderia estar fazendo mais, mas não é através da solução do Ver. Robaina, que é de um pacote de subsídios com o dinheiro do pagador de impostos, taxação de aplicativos, pedágio e tudo mais, ele gostou muito do projeto do Marchezan, que a gente vai resolver o problema. Não é por aí o caminho. Por isso é importante a gente pontuar o debate e deixar aberto, para que a gente possa fazer o debate com fatos e dados. Foi reclamado por alguns vereadores que não tinha fatos e dados, mas está muito consolidado em todos os demonstrativos dos últimos 10 anos o prejuízo que a Carris causa para o contribuinte porto-alegrense. Ele não é pequeno, ele é quase o orçamento da Secretaria de Segurança Pública Municipal, ele é quase o orçamento que nós destinamos, como Câmara, de devolução, para que a gente pudesse fazer o pagamento de auxílios para quem estava precisando de renda no momento da pandemia. Agradeço a atenção de todos, especialmente agradeço a atenção da oposição, porque, afinal de contas, um debate sério com dados é preciso ser feito, e os convido a fazer.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Bom, primeiramente quero dizer ao Ver. Felipe Camozzato que ele deve respeitar o movimento *hip-hop* quando sobe a esta tribuna para falar sobre o que aconteceu no último sábado. O museu que vai ser inaugurado na Zona Norte de Porto Alegre representa uma conquista de décadas de lutas do movimento *hip-hop*, do movimento negro, que há muito tempo vem pleiteando um espaço para poder desenvolver a sua expressão cultural na nossa cidade. Então, tem que respeitar esse movimento, que tem autonomia para lutar pelos seus interesses e que representa um segmento sobre o qual o senhor não dialoga, que é a população de periferia, que é a população negra. Quando o senhor sobe a esta tribuna para falar em defesa da iniciativa privada, o senhor está defendendo aqueles que, por natureza, se apropriam dos lucros e exploram a população trabalhadora da nossa cidade. Isso tem que ficar bem nítido em primeiro lugar. Sobre o tema do transporte, a verdade é que Melo está vendendo gato por lebre para a nossa população. A crise no transporte público é real, nós sabemos disso e queremos discutir alternativas. O que o prefeito está apresentando não vai no sentido de resolver o problema, pelo contrário, tende a aprofundar. Primeiramente, a venda da Carris é algo que vai beneficiar os tubarões do transporte público. A retirada das isenções certamente vai ser uma política que tende a diminuir o número de passageiros. A extinção de cobradores, neste momento, piora a qualidade do transporte público e ainda gera desemprego. Nós precisamos, sim, do transporte coletivo e público, esta é a solução para a mobilidade nas grandes cidades, não é o transporte individual. Porto Alegre precisa assumir a responsabilidade na diversificação dos modais de transporte com responsabilidade socioambiental. No momento em que o mundo inteiro busca diminuir a emissão de gases, é importantíssimo a gente trazer este debate como elemento estratégico para pensar o transporte público. Nada do que a Prefeitura está apresentando neste momento constrói uma solução de longo prazo. A Carris é a única empresa que atua dentre os consórcios de transporte na cidade que pode nos oferecer essa solução, porque tem, na sua história, exemplos importantíssimos de qualidade no transporte público, que, mesmo com a precarização das últimas décadas, faz com que seja até hoje a empresa que presta o melhor serviço na capital. A Carris tem compromisso social. Quando os empresários, contrariando a lei, abandonam linhas de transporte em meio à pandemia, é a Carris que vai

lá e assume. A Carris já foi modelo de gestão, já teve altíssimo controle de qualidade e carrega tudo isso na sua história de 149 anos, que a Prefeitura quer destruir com um projetinho de duas páginas, sem demonstrar o impacto financeiro. Não foi apresentado até o momento! Nós temos números que são públicos e nós debatemos. Por exemplo, a dívida de mais de R$ 20 milhões, neste momento, dos empresários com relação às multas; o dinheiro que não foi repassado da taxa de gestão, mais de R$ 40 milhões, isso tudo é público. O déficit da Carris, que nós sabemos também qual é a história, vem dos últimos 10 anos de uma política consciente de precarização dessa empresa, que, antes, dava lucro; depois, por interesse de gestão envolvendo vários escândalos de corrupção, foi transformada em cabide de CCs. Vejam bem, estamos falando desse aspecto da gestão, porque os trabalhadores da Carris são concursados. Eu fico espantado que vem aqui o vereador liberal que adora falar da meritocracia e critica os trabalhadores que entraram numa empresa por concurso. Eu não sei qual é a forma mais transparente de fazer um contrato senão concurso público. Esses trabalhadores da Carris prestam um serviço de qualidade. O que fizeram com relação à gestão dessa empresa, com escândalos de corrupção, foi uma política para deteriorá-la. A Carris pode nos ajudar a recuperar, sim, o transporte de Porto Alegre, porque os números que nós não sabemos são os números dos empresários, são os números da ATP, que tem uma verdadeira caixa-preta com o dinheiro que fica lá armazenado com as compras de crédito de vale-transporte, que não abre a sua planilha de contas, que desmoraliza os contratos estabelecidos com Porto Alegre. Vejamos a última licitação: não garantiram mais linhas, não qualificaram os ônibus com acessibilidade e ar-condicionado, não renovaram a frota. Agora, a população de Porto Alegre tem que saber, a Carris comprou 98 ônibus, a maior renovação de frota sua história, para a Prefeitura ir lá e vender a empresa. Neste momento, há possibilidade, sim, de se resolver o que está para se estabelecer, na quinta-feira, com uma greve que é justa e legítima. É o governo estabelecer o diálogo, valorizando esta Câmara de Vereadores, que estabeleceu uma comissão especial para discutir o transporte. Os vereadores da base governista estão com a responsabilidade na mão, para impedir que haja essa greve, basta dialogar e ouvir os trabalhadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.ª Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, público que nos assiste; mais uma vez, eu subo a esta tribuna, para responder às crianças mimadas. Criança mimada é aquela que sobe aqui e fica batendo o pé: "porque eu quero, porque quero", exigindo, "eu quero", mas não sabe de onde saem as coisas. Vamos lá, vamos pegar a planilha, estudar matemática, ler a língua portuguesa, saber fazer interpretação de texto, porque fica difícil manter um diálogo, fica difícil manter um discurso, um debate em alto nível, quando as pessoas vêm aqui, ficam batendo pé e não sabem do que estão falando. Pelo amor de Deus! A Carris custa, no mínimo, 22% a mais do que as operadoras privadas, obrigando a passagem a ficar mais cara. O problema da passagem mais cara não é só da Carris, é de todas as outras operadoras, que, por conta do preço do quilômetro rodado da Carris, que é superior a todos os outros, por conta do absenteísmo de muitos funcionários, por conta de uma garagem lotada de pessoas para fazer conserto dos ônibus, por conta de várias coisas que vêm acontecendo no decorrer dos anos que o preço da passagem ficou neste valor absurdamente caro diante de outras capitais. Eu quero convidar os vereadores que são a favor da Carris: comprem a Carris, comprem uma empresa falida. Façam uma vaquinha e comprem a Carris. Comprem a Carris e façam melhor do que o que está acontecendo hoje. Vamos vender, comprem e façam melhor do que estão fazendo. Vamos fazer esse pacto. Eu tenho certeza de que ninguém compra nem um boteco na esquina que esteja falido, devendo um passivo trabalhista enorme. Impossível! Eu quero que assinem um documento agora os vereadores que dizem que a Carris não é deficitária. Quero fazer, vamos propor, vamos lá, vereadores, corajosos vereadores, assinem um documento dizendo que o prefeito municipal não precisa mais repassar R$ 6 milhões para a Carris por conta do déficit. Beleza! Se os vereadores da oposição – do PSOL, do PT, do PCdoB – assinarem, gente, eu assino junto e quero ir com vocês. Eu duvido que vão assinar, gente, porque vocês sabem qual é a verdade. Parem de jogar para a torcida do Flamengo, parem de fazer mimimi, cara, fica até feio! Não, é sério! Não é verdadeiro o que está sendo falado aqui. E ainda quero completar: estudos, isso aqui é estudo, não é achismo, estudem, abram as planilhas e vejam porque a passagem de

ônibus hoje é R$ 4,80, e poderia ser mais. Não é, porque o Melo segurou. Poderia ser menos, porque tem muito consórcio que está gastando bem menos que a Carris. Além disso, quero completar falando de algo que eu ouvi: temos que melhorar o sistema urbano. Não vi nenhuma proposta, não ouvi, não ouvi nenhuma proposta que não tirasse dinheiro de árvore. Mas Sebastião Melo está fazendo várias: licitação do sistema de bilhetagem eletrônica, integração com o sistema da Região Metropolitana, redimensionamento da operação, utilização de ônibus com tamanhos diferentes, vida útil dos veículos a serem observados, modernização das linhas, integração com o sistema de lotação, tarifas diferenciadas conforme horários e distâncias, avaliação das receitas extratarifárias, inclusão dos valores das receitas da exploração publicitária na modicidade da tarifa e muitos outros, muitos outros exemplos. Agora, eu fico impressionada ao ver um vereador subir a esta tribuna e instigar, estimular a greve. Se o senhor e a senhora que estão me olhando em casa, que precisam do ônibus para ir trabalhar, para ir estudar, para levar o seu filho ao posto de saúde, se o senhor e a senhora não tiverem ônibus na quinta-feira, olhem qual é o vereador que está estimulando a parada dos ônibus. É bom a gente dar os nomes, é bom. Se o senhor ficar na parada esperando o seu ônibus, eu sei o nome, o senhor me pergunta depois, eu sei o nome dos vereadores que estão dizendo: "Vão fazer greve para um milhão e tanto de pessoas que precisam de ônibus". Eu vou falar, porque aquelas pessoas que vão ficar na quinta-feira, na parada, porque foi estimulada a greve, eu vou passar na parada e vou dizer: sabem por que é que não veio o ônibus? Porque o vereador, a vereadora, Fulano e Beltrano estimularam a greve, por isso que estão aí esperando. Mas eu tenho certeza de que o prefeito Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes vão fazer de tudo para a população que mais precisa não ficar parada numa parada de ônibus. Sobre o *hip-hop*, parabéns, Ver. Camozatto, de vir aqui dizer... Ver. Matheus, todos os vereadores têm legitimidade de chegar aqui e falar, não é só o senhor que fala de *hip-hop*. Aliás, Ver. Giovane Byl, que foi o primeiro a trabalhar nesta questão e que conseguiu a sede para o *hip-hop*, que, por anos e anos, os outros estavam pedindo, e os prefeitos da oposição nunca deram. Parabéns, Sebastião Melo, parabéns Ricardo Gomes, que sensíveis com a questão do *hip-hop*, entregaram, viu, Ver. Leonel? Não adianta ficar gritando. O seu prefeito não deu sede nenhuma para o *hip-hop*. Vida longa aos vereadores que falam a verdade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Márcio, todos os que nos acompanham na tarde de hoje; lamento muito, lamento profundamente utilizar o tempo de liderança do PSDB e agradeço aos colegas Ver. Gilson Padeiro, Ver. Ramiro também está aqui, Ver. Kaká. Eu gostaria de solicitar à equipe técnica que disponibilizasse no telão o absurdo que eu trago aqui para dividir com vocês às luzes da sociedade. O Ver. Felipe Camozzato, que fala muito sobre o custo da máquina pública, o Ver. Ramiro, o Ver. Mauro Pinheiro, aos líderes da Casa, Ver. Claudio Janta, por favor, eu lamento estar utilizando o tempo de liderança do PSDB, para fazer um comentário, vereadores da oposição, Ver. Leonel, todos os vereadores que estão aqui. (Mostra fotografias.) Na tela, existe um absurdo de desrespeito com o dinheiro público desta Casa. Eu peço providências ao Presidente Márcio Bins Ely, entendo que a Mesa Diretora já está debruçada sobre isso. Eu estive em Brasília recentemente, porque protocolei lá uma participação do projeto que aprovamos aqui sobre a Política Municipal Hidroviária do Lago Guaíba. Eu protocolei, para apresentar a pequenos municípios a questão das hidrovias. Já vou traduzir porque está muito pequeno. O custo da passagem aérea cobrado aqui, porque é dinheiro público, deve ser por causa disso é de R$ 12 mil, ida e volta a Brasília! Doze mil reais! Nós cotamos, vereadores, e eu quero ver se está ali a imagem, num *site*, num aplicativo, na véspera da viagem: R$ 3.500, ida e volta. Eu acredito que isso é inaceitável, nenhum vereador aqui aceita isso. Eu peço que o Tribunal de Contas... A obrigatoriedade de contratar agências é inaceitável! E pior: quis adiantar o meu retorno, Ver.ª Laura, Ver.ª Karen, porque lá não tinha mais programação. Presidente Márcio, me cobraram mais R$ 700! Se justificassem que o preço é alto pela comodidade da troca da passagem, isso é dinheiro público! Três vezes mais, quatro vezes mais! Que a gente pense uma forma de cada vereador comprar num desses aplicativos que existem. É um absurdo, é inaceitável! Só porque é dinheiro público, quatro vezes mais. Eu precisava fazer este desabafo. Divido com vocês que o projeto que V. Exas. aprovaram foi selecionado, vai ser reproduzido para as pequenas

cidades, porque o transporte hidroviário é cinco vezes menos poluente. Eu precisava desabafar aqui: R$ 12 mil para ir e voltar a Brasília é inaceitável. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quero dizer que a Mesa Diretora está tratando desse assunto. Essa foi uma licitação anterior a este mandato, e nós já estamos tratando dessa pauta com vistas a uma solução mais adequada.
O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores; hoje pela manhã, fui fazer a minha segunda dose da vacina. Quero dizer que sou favorável à vacina, mas tenho minhas dúvidas quanto à obrigação de ser vacinado. Na minha casa, todos se vacinaram, oriento todas as pessoas que me perguntam, digo que a vacina é fundamental neste momento, e que o resultado dela está claro, ela tem nos ajudado bastante no combate à covid-19. Mas o que me orgulhou muito hoje, Ver.ª Comandante Nádia, foi que eu fui me vacinar na farmácia na rua da minha casa, fiquei orgulhoso, porque lembro que, no ano de 2019, esta Casa aprovou um projeto de lei dando liberdade às farmácias de exercer atividades como aplicação de vacinas e uma série de outras atividades. Tenho aqui o projeto de lei, não vou ler, mas vários serviços que eram proibidos de serem realizados, hoje as farmácias estão autorizadas pelo município de Porto Alegre a realizar. Com todos os cuidados, a lei é bem clara e diz: tem que ter local específico e pessoal qualificado. A farmácia, naquela época, em 2019... Lembro que fui a alguns debates e falei que era favorável à aprovação desse projeto de lei, porque, no caso de uma necessidade, até mesmo de uma pandemia, as farmácias estariam preparadas para atender a população. Como sempre, Ver. Felipe Camozzato, os vereadores do PT e do PSOL, que eram oposição, me atacaram muito naquela oportunidade, Ver. Matheus, o senhor não era vereador ainda. Fui muito atacado, diziam que eu estava contra o sistema de saúde estatal, que isso ia desmobilizar, tirar o protagonismo dos postos de saúde. Pois bem, ao invés disso, em 2020, veio a pandemia e, logo após, a vacina. Hoje, graças a uma lei aprovada pela maioria dos vereadores desta Casa, os postos de saúde estão preparados, Ver.

Hamilton, para atender a população. Hoje, nós temos 19 farmácias, entre elas, a Rede Associadas, Agafarma, Panvel e São João, que estão vacinando sem cobrar um real do Estado, o Município não tem custo algum. Na farmácia Panvel, onde me vacinei, tinha três ou quatro pessoas na minha frente. Esperei minha vez, eles pegaram o cartão de vacina, o meu documento, fizeram toda a parte burocrática, botaram no sistema, me atenderam muito bem. Numa sala específica, aplicaram a vacina, fui muito bem atendido, e o custo para os cofres públicos foi zero. É uma atitude que ajuda, neste momento difícil na cidade de Porto Alegre, graças a uma lei aprovada pela maioria dos vereadores. Como sempre, os vereadores que foram contrários e diziam que ia prejudicar o Sistema Único de Saúde, eu acho que seria importante que esses vereadores que votaram contra – na época, não havia a pandemia – viessem aqui assumir e dizer: "Realmente, votei contra, não entendi". As farmácias de Porto Alegre estão de parabéns por um serviço muito bem prestado à população a custo zero. Iniciativas como essa, em que o setor privado e o setor público trabalham em parceria cada vez mais são importantes, porque nós conseguimos dessa forma prestar um excelente serviço à comunidade com custo zero. É importante a gente fazer esse debate, porque aqui sempre tem aqueles que dizem que tem que ser tudo estatal. Eu digo que não, que as coisas têm que ser públicas, mas não necessariamente estatais, como esse bom exemplo das farmácias, que prestam serviço público não estatal e gratuito para a comunidade. Parabéns, Porto Alegre! Parabéns àqueles que acreditaram naquele momento em que nem se tinha essa necessidade, e Porto Alegre hoje está preparada. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, membros desta Casa, quero dar os parabéns ao Ver. Mauro Pinheiro, assim como, eu acredito, a 99% dos membros desta Casa que tem se vacinado e tem tomado sua vacina, Morreu, no sábado, o Caleb Wallace, que foi percursor no mundo dos defensores da liberdade, pessoas que estão cansadas do controle do governo na vida deles. O Caleb

morreu após ficar internado na UTI por três semanas, por defender que não se devesse usar máscara e muito menos tomar vacina; o Caleb foi a óbito, deixando três filhos e sua esposa grávida. É direito dele, do Caleb, não tomar vacina; agora, não é direito do Caleb contaminar os outros. Nós já temos no mundo 217.544.609 pessoas que contraíram covid e se recuperaram. Pela tese dos que acham que não tem que ter nenhum controle, as pessoas são portadores da imunidade, essas pessoas, ao beijar ou abraçar, estão transmitindo a imunidade. Nós temos, no Brasil, mais de 20,7 milhões de pessoas que contraíram o coronavírus. Mas nós temos 579.052 pessoas... Queria que perguntassem para essas 579.052 pessoas se não querem tomar vacina, se são contra a vacina. Volto a dizer: o direito do controle do governo, a nossa liberdade, como cidadão, não teria que se dar somente na questão da vacina, que é baseada numa lei de 1975; deveria se dar no preço do gás de cozinha de R$ 120,00, deveria se dar no preço do arroz e do feijão, ela deveria se dar por, no momento em que eu ganho R$ 1.900,00, eu ter que recolher para os cofres do governo quase 20%, ou quando eu ganho R$ 4.900,00 eu ter que recolher aos cofres do governo quase 40%. Essa é a liberdade que nós queremos: a liberdade tributária! Essa é a liberdade que o povo quer: a liberdade de não pagar impostos, principalmente os que já estão embutidos em salários, os que já vêm embutidos lá da indústria, lá do transporte, lá no supermercado e vêm no bolso da pessoa a cada dia. Essa é a liberdade que nós queremos. Agora, o direito individual meu não pode se sobressair ao direito individual das outras pessoas, principalmente o meu direito individual não pode se sobressair ao direito coletivo. Nós queremos abrir estádios de futebol, nós queremos que a vida dos produtores culturais volte ao normal, nós queremos poder ir a espetáculos musicais, nós queremos poder ir ao cinema, ao teatro, e eu tenho convicção de que só pode estar no estádio de futebol ao meu lado, só pode estar no teatro com a minha filha, no parque de diversão com a minha filha, no cinema com a minha família quem tomou a vacina. Quem não tomou, que vá a um cinema que será destinado somente aos não vacinados. Qual é o medo de tomar vacina? Milhões e milhões de pessoas, no mundo inteiro, que foram tomar vacina são idiotas? São idiotas, porque tomaram vacina? Milhões e milhões de pessoas são idiotas porque tomam a vacina da H1N1, que começou lá atrás e, a cada ano, vem uma cepa nova e, a cada ano, vem uma vacina reforçada? É assim que avança a humanidade na questão da vacinação. Agora, somos todos idiotas, imbecis, porque

tomamos a vacina? Somos todos idiotas, imbecis, porque queremos o direito de frequentar lugares públicos onde só frequentem as pessoas que tomaram vacina? Estou aqui não falando em meu nome, não falando em nome do meu partido, mas estou falando em nome de 20,7 milhões de pessoas contaminadas, no Brasil, pelo coronavírus, mas principalmente em nome de 579.052 pessoas que tombaram. Amanhã está fazendo um ano que tombou, pelo coronavírus, o meu padrinho Cláudio Viegas, uma pessoa esportista, uma pessoa sadia, que ficou internado dois meses na UTI do hospital Mãe de Deus em função do coronavírus. Em nome do meu padrinho Cláudio Viegas, em nome do Ver. Moisés Barboza, que beijou o ceifador – temos certeza disso –, nós defendemos que temos que ter o controle de vacina, nós defendemos que se ninguém esconde, é só imprimir, no Ministério tem lá o cartãozinho que, em tudo que é restaurante, se faz a leitura da vacina. Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) O Ver. Mauro Zacher está com problemas de conexão.
O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde novamente, vou tentar ser o mais sucinto possível. Eu tinha preparado, Presidente Márcio, um Grande Expediente baseado no que nós, nessas duas legislaturas – uma legislatura mais um ano – aprendemos sobre a questão da polarização na política e a necessidade que nós temos de diminuir a raiva como ferramenta política – mobilizar as pessoas através das insatisfações, das raivas –, e é necessário que a gente reduza também o fanatismo no Brasil. Porém, eu preciso fazer algumas considerações, porque hoje eu tive a oportunidade de participar, junto com o Ver. Gilson Padeiro, de uma entrega importante para a nossa cidade, que é o início da pavimentação que vai concluir a RS-118 até o Lami. É uma reivindicação que eu acompanho, inclusive o Ver. Gilson Padeiro fez, com deputados federais, a questão de emendas; é importantíssimo para a Região Metropolitana, para dar escoamento também para as pessoas que moram no Extremo-Sul. Hoje o Ver. Gilson explicou, várias vezes, para vários presentes, a importância que tem a conclusão dessa questão da RS-118, que

vai dar o escoamento direto para a *freeway*, para Gravataí, etc. Aí eu me debrucei a ler alguns importantes dados do governo estadual. Isso dialoga exatamente, Ver. Idenir Cecchim, com o que nós fazemos nesta Casa com respeito aos governos que se sucedem nas tarefas de tentar fazer o seu melhor, por que isso dialoga com a ideia inicial desse Grande Expediente? Eu preciso falar aqui que o governo estadual, Ver. Felipe Camozzato, tem dados importantes que a gente tem que trazer à luz para a sociedade. Primeiro, V. Exa. defende sempre a desburocratização, revogações; o governador Eduardo Leite hoje nos deu o número do governo estadual: já são mais de 18 mil normas revogadas; 61% dos serviços estaduais do governo Eduardo Leite – hoje pela manhã ele estava presente – já estão totalmente digitais. Existe um investimento, com o programa Avançar, de R$ 10,6 bilhões em pavimentação, asfalto, acessos; serão 73% das duplicações da malha viária. O exemplo atual, da RS-118, é apenas um exemplo. A gente tem aqui R$ 1,3 bilhões até 2022, Ver. Ramiro, que o governo Eduardo Leite prevê só em plano de obras, acessos municipais, ligações regionais, recuperação de rodovias. Em concessões de rodovias, R$ 11,3 bilhões, em três blocos; no programa de pavimentação serão R$ 170 milhões. Em outro braço do programa Avançar, dirigido para as pessoas – eu não vou poder falar tudo, então escolhi apenas alguns dados –, na área da cultura, gente, a área da cultura, Ver.ª Mônica Leal, que foi secretária de cultura, o governo Eduardo Leite, para o patrimônio cultural, vai entregar mais de R$ 35 milhões em editais; ao Fundo de Apoio à Cultura, R$ 30 milhões; à Fundação Theatro São Pedro, multipalco, R$ 7,5 milhões; à Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, R$ 3,1 milhões; ao programa RS Criativo, R$ 400 mil em capacitações, agora, já anunciados. No total, só nessa área, nesse projeto da área cultural, serão R$ 76 milhões, anunciados agora.

Moisés, e no isso dialoga sobre o que tu estás falando sobre diminuir a polarização? Gente, na sequência do governo. Ver. Idenir Cecchim, várias vezes eu subi nesta tribuna, na legislatura passada, nos dois primeiros anos, e eu nunca, mesmo tendo um candidato apresentado pelo PSDB, fui desrespeitoso com o governador Sartori, um homem sério, um homem trabalhador. Nós estamos aqui mostrando a sequência também de dados do governo municipal, do governo Marchezan, nosso governo, para o atual governo, e eu duvido que alguém governe esta cidade pensando em não fazer algo que não seja seu melhor. Homens públicos buscam o seu melhor! Nós temos aqui dados importantíssimos

para reconhecer a sequência do trabalho do governo anterior, que também pegou a sequência de outro governo, que pegou a sequência de outro governo, e vamos chegar nos governos do PT, do PPS, do MDB, do PDT, do PSDB e, agora, do MDB novamente. PPP da iluminação, e aqui eu faço um pedido formal ao ex-prefeito Nelson Marchezan: ex-prefeito Nelson Marchezan, as entregas do governo anterior estão sendo continuadas, cada um com seu jeito, a sua proposta.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Moisés, V. Exa. está falando sobre a continuidade de bons projetos, sobre o que é bom para a cidade, o que é bom para o Estado seguir. V. Exa. disse muito bem: do governo Sartori, muitas iniciativas estão sendo realizadas pelo governador Leite; muitas iniciativas do ex-prefeito Marchezan estão sendo realizadas pelo prefeito Sebastião Melo. Isso mostra o quê? Mostra que nós temos, mais ou menos, a mesma linha. Nós pensamos na cidade, no Estado, pensamos nas pessoas. Nós não estamos muito preocupados com... Só respeitamos, mas não seguimos os sindicatos, os rebeldes, aqueles que não querem nada, que querem só funcionários públicos, que são importantes, mas esses sindicatos enxergam, no funcionário público, a arrecadação e não a competência dos funcionários. Obrigado.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Retomando a linha de raciocínio, o meu apelo ao ex-prefeito Nelson Marchezan, que vejo em algumas manifestações, que pensa, no ano que vem, em não estar na vida pública. Não faça isso, ex-prefeito Nelson Marchezan. Assuma o seu legado como deputado federal, que é lembrado por milhares de eleitores, as suas contribuições, os pontos de acertos e positivos. Eu me lembro muito bem que Casa aprovou inúmeros, mas inúmeros projetos importantes para a cidade. Não eram projetos de partido, ou projetos de uma pessoa, eram projetos para a cidade: PPP da iluminação, que está a pleno vapor; os relógios, que hoje a gente vê com informações importantes, que há muito tempo a capital dos gaúchos não tinha mais; placas de rua. Vejo que vários vereadores visitam e parabenizam o trabalho da Imobi, a vencedora. Hoje a gente vê a cidade, o Ver. Nedel estava por aqui, que é campeão entre nós em nomes de ruas, isso recupera a autoestima do porto-alegrense. Os CAPS AD

IV, parabenizo a equipe técnica da saúde, que, no outro governo, tinha um entendimento sobre o público de rua, atrelando à questão de dependência química, de doenças mentais. Os CAPS AD IV são importantíssimos para a cidade. Quem não conhece que conheça esse trabalho. O novo trecho da Orla, a ampliação de leitos, o novo hospital, como o Hospital Santa Ana, continua-se trabalhando para a ampliação de leitos. Eleições dos diretores que esta Casa aprovou, que tem um peso maior dos pais dos alunos, que prevê a prestação de contas da escola para a comunidade escolar; contratos de duas usinas de asfalto. E quero reconhecer aqui, Ver. Idenir Cecchim, que o atual governo, o prefeito Melo, convidou o ex-diretor da DCDU para fazer a assinatura desses contratos, que viabilizam, Ver. Ramiro, que era secretário de Serviços Urbanos, esse índice maior de pavimentação. Então, gente, nós da bancada do PSDB, já dissemos várias vezes, a gente perdeu a eleição, mas a gente não pode perder a coerência. Todo e qualquer projeto, Ver. Cassiá Carpes, que for bom para a cidade, nós temos que batalhar e apoiar sem ver a quem. Para deixar muito claro, a gente reconhece e parabeniza a sequência dos acertos, a sequência dessa lógica, e estamos aqui, mais um dia, dizendo: o que for bom para a cidade, a bancada do PSDB – o Ver. Ramiro, o Ver. Gilson e o Ver. Kaká, que nos acompanha de forma remota – estará a favor, porque nós estamos aqui para prestar o nosso trabalho para a cidade de Porto Alegre, e não para partido A, B, C ou D, ou para disputas menores do que o interesse público. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Passamos à

PAUTA

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Porto Alegre sabe que não há problema algum na previdência municipal. Sabe, porque consulta o seu Portal da Transparência; sabe, porque os dados oficiais não são demagogia, senão a lei pega, o Tribunal de Contas pega pelo colarinho. Mas, nas justificativas dos projetos, nessas, a velha demagogia impera, ela manda, ela é soberana. A política antiga, antiquada, antipovo, da demagogia pura, na essência, contra a verdade, aí qualquer projeto é necessário. O governo vem e diz: "Não, tem que mudar". Foi assim o golpe na previdência, 14%, que logo mais vai ser descontado do salário das aposentadas e aposentados. São eles que sustentam este governo que aí está. Primeiro, porque os aposentados e aposentadas da Prefeitura construíram tudo que está aí. Construíram esta Câmara, as avenidas, os logradouros, as escolas, os postos de saúde, tudo, tudo! Foi a geração de servidoras e servidores que está agora no seu descanso merecido, a aposentadoria, mas vão receber, no contracheque, o confisco Melo. Esse é o nome do projeto da reforma da Previdência, que, aqui, os vereadores, com 24 votos, aprovaram. Sabem por que os vereadores aprovaram? Porque eles não dão bola para as gerações que vieram antes de nós! Eles não dão bola para quem construiu as 99 escolas do município, os mais de 100 postos de saúde! Eles não dão bola para quem salvou milhares de vidas no HPS, para quem ajudou com os milhares de nascimentos no Hospital Presidente Vargas. Eles não têm compromisso com isso, eles têm compromisso com o seu setorzinho, com o seu nicho de votos, não tenho compromisso com a cidade como um todo! Não tem. Por isso o governo fica mandando projetos, agora está aqui: projeto que trata da aposentadoria ao servidor no regime próprio. Mais uma bomba, mais uma tentativa de tirar de quem já não tem. À coisa pública eles têm ojeriza. Fundo público, não, fundo público só serve para o seu Melo, quando era vice do Fortunati: pegaram dinheiro emprestado do Previmpa, para pagar em longas 60 prestações, aprovado por esta Câmara em outra legislatura, não por mim. Longas prestações, taxa de juro de pai para filho. É uma barbada ser prefeito da capital, dispondo das estruturas públicas e dando laço no lombo do servidor, dando laço, tirando direitos. Governo que não tem a oferecer para a população o diálogo, tampouco vai dialogar com servidoras, com servidores, sucateia. Por isso hoje faltam técnicos, faltam enfermeiros, faltam médicos, faltam professores. É. Final de agosto, faltam professores de matemática, de português, de física, de história, de todas as disciplinas. Faltam, porque não tem planejamento, eles não têm compromisso com a educação dos

mais pobres. Tu achas que este governo tem compromisso, cidadão, com quem estuda na Restinga, com quem estuda no Chapéu do Sol? Não têm! Compromisso com quem estuda no Sarandi, na Lomba do Pinheiro? Não tem! Olha onde são as obras do governo: Nilo Peçanha. É lá que tu encontras obras do governo. O maior investimento onde está? Não está na periferia. Pode vir até alguém dizer: “Não, mas tem aqui, aqui ele botou encanamento, aqui ele botou não sei o quê”. Mas não fazem para o povo trabalhador que precisa de saúde, educação, assistência social fundamentalmente. Os projetos das chamadas reformas administrativas aportam nesta Casa, e agora mais um golpe às municipárias e municipários, mais um choque na previdência. Diálogo é de fachada. Ele nomeou uns servidores e uns secretários para fachada de diálogo. Eles se reúnem, tiram fotos, sentam, recebem café, água, mas, de fato, diálogo não tem, porque diálogo é construção coletiva. Não existe, não existe. Eu lamento muito que a pauta de discussão não seja abordada, de fato, pelos servidores, porque os vereadores são servidores também, mas não se sentem assim. Não se sentem a servir a cidade, eles servem ao seu senhor, e o seu senhor é o Melo, é ele que tem a caneta, é o dono do Diário Oficial. Ele nomeia e desnomeia, nomeia e desnomeia. Esses tempos, saiu um nome no jornal, e ele foi correndo e disse: “desnomeia”. No outro dia, estava desnomeado. Olha que beleza! Então, todo mundo com a barba de molho, todo mundo com a barba de molho, seguindo a cartilha. É praticamente uma manada. E o povo, com transporte precário, sem saúde, sem educação, sem saneamento, sem limpeza urbana. É assim, é assim que trabalha a direita: de costas para o povo. Na eleição, eles estão de novo apertando a mão, carregando criança no colo, entrando nas vilas com os populares para pedir votos, para fazer esse tipo de coisa aqui: projetos de arrochos, de ataques, de destruição do futuro do previdenciário deste Município. Lamento.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, colegas vereadores, Sr. Presidente, telespectadores da TVCâmara; quero trazer para a pauta hoje aqui um

assunto importante, que é a questão dos nossos guardas municipais, os nossos futuros policiais municipais. Nós já pedimos para a Prefeitura de Porto Alegre que se faça um novo concurso público para a Guarda Municipal. Imaginem vocês, nós, com cem Guardas Municipais no centro de Porto Alegre, andando pelas ruas, trazendo aquela sensação de segurança para quem mora na nossa cidade. Também quero trazer aqui um pedido de apoio para a PEC 275, que tramita na Câmara Federal, que assegura o reconhecimento das Guardas Municipais como parte integrante dos órgãos de segurança pública. Por que nós temos que ter num canto a Brigada Militar, no outro, a EPTC, e no outro, a Guarda Municipal, se nós podemos ter uma Guarda Municipal fortalecida, uma Guarda Municipal combativa? Nós sabemos que a função constitucional da Guarda Municipal é a proteção do patrimônio. Claro que é importante, mas a Guarda Municipal pode ir além, pode combater os crimes de menor potencial ofensivo, pode trazer a sensação de segurança para quem mora em Porto Alegre. Então, quero pedir aqui para os colegas da Câmara de Vereadores que pensem um pouquinho sobre o porquê a gente não pode fortalecer a nossa Guarda Municipal. Saibam vocês que a gente nota que os municípios menores, que têm uma gestão organizada pelas pessoas que moram no município, acabam tendo uma organização melhor. Então, ninguém melhor do que a nossa própria Guarda Municipal para saber das demandas de segurança que nós temos na nossa cidade. Então, eu quero reforçar aqui o apoio à PEC 275, que é a questão da polícia municipal, e reforçar aqui o pedido para que se faça um concurso público para cem novos guardas municipais.
(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver.ª Comandante Nádia, cumprimentando V. Exa., cumprimento todos e todas e em especial o público que nos assiste pela TVCâmara. Eu venho hoje à tribuna, Ver. Cassiá, para pedir apoio ao projeto que tramita em 1ª sessão de Pauta, de minha autoria, que

denomina Calçadão Leonardo Ribeiro Cesar, o calçadão do antigo Timbuka. Os vereadores mais antigos tiveram a oportunidade de conviver com o Leonardo, que foi o meu chefe de gabinete, até que infelizmente a covid o levou do nosso convívio. Hoje se encontra no Oriente Eterno, mas eu acho muito oportuno e importante. Vejo aqui alguns vereadores que conviveram com o Leonardo, desde a época em que ele era chefe de gabinete do Ervino Besson, um rapaz dedicado, 45 anos, infelizmente, a covid, essa doença traiçoeira, levou o Leonardo do nosso convívio. Mas eu gostaria de pedir a atenção de todos para que nós pudéssemos prestar essa homenagem a ele, Ver. Moisés. Um batalhador que merece, fez faculdade junto comigo, advogado, o Ver. Mauro Pinheiro conviveu bastante com o Leonardo; realmente, ele tinha um convívio aqui com os colegas muito profícuo de mútua colaboração entre as assessorias, e, Ver. Tessaro, que nos acompanha aqui atentamente também, é o calçadão da ponta do sindicato até a casa do Carlos Araújo, aquele calçadão do Assunção. O Leonardo vivia tomando chimarrão ali, Ver. Hamilton, amigo nosso, a Ver.ª Cláudia conviveu também com ele, e eu acho que nada mais justo do que nós prestarmos essa homenagem a ele, singela. Quarenta e cinco anos, muito jovem, uma pena realmente que a vacina ainda não estava em condições, foi ali pelo período do carnaval deste ano, infelizmente – o Ver. Cecchim também conviveu com o Leonardo. Era um amigo fraterno nosso, nos auxiliou um pouco, ainda no início dos trabalhos da presidência, mas logo em seguida, não chegamos a fechar dois meses juntos, foi acometido pela covid. Então, peço que os nobres pares nos acompanhem e que nós possamos fazer essa justa homenagem, que fique ali a lembrança. Conversei com os pais dele esse final de semana, pedi licença, expresso o consentimento da família, e eu acho que seria justo e oportuno que nós pudéssemos aqui, por unanimidade, aprovar essa iniciativa. A Ver.ª Lourdes também conhecia bem o Leonardo. O pessoal sabe do carinho, da força de vontade e da determinação que ele tinha, o trabalho que fazia, com muito afinco, muito empenho e sempre de maneira propositiva, altiva e colaborativa com as demais assessorias. Então, ficam essa consideração e esse pedido nesta tarde, Ver.ª Comandante Nádia, para que nós possamos concretizar essa homenagem. Muito obrigado pela atenção e boa tarde a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Devolvo a presidência dos trabalhos ao Ver. Márcio Bins Ely.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais inscritos em Pauta, vamos ingressar na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (17h20min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A Ver.ª Cláudia Araújo registra presença.
Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 102/20. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLL nº 102/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento, solicitando a dispensa de envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 102/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o PLL nº 354/21, de autoria da Ver.ª Cláudia Araújo.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.ª Cláudia Araújo, à Emenda nº 02, , ao PLL nº 184/17.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando a dispensa de envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL nº 184/17 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Apregoo e defiro o requerimento de autoria da Ver.ª Cláudia Araújo, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL nº 184/17.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.ª Daiana Santos e da Ver.ª Bruna Rodrigues, à Emenda nº 01 ao PLL nº 117/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.ª Daiana Santos e da Ver.ª Bruna Rodrigues, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 117/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Roberto Robaina e do Ver. Matheus Gomes, ao PLL nº 113/19.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 113/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
Em discussão o PLL n° 184/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 184/17. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 32 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 02 ao PLL nº 184/17.

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 02 ao PLL nº 184/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLL nº 184/17. (Pausa.) A Ver.ª Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente, colegas, sabemos que o projeto é extenso, complexo, então tentamos apresentar uma emenda que colabore na qualificação do projeto, que trata de uma pauta que para nós é muito importante: o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos de Porto Alegre. Nós entendemos que, por isso, ele deve estar no centro, no sentido de criar condições favoráveis aos catadores e catadoras da nossa cidade. Por isso nós estamos apresentando uma emenda ao projeto, que trata da responsabilidade do Executivo com uma medida bem simples, mas de grande impacto social na nossa cidade. A nossa Emenda nº 04 estabelece que os resíduos recicláveis descartados dos órgãos e entidades da administração pública sejam destinados, na fonte geradora, às associações e cooperativas de reciclagem. Apresentamos aos membros do governo o nosso projeto, também aos companheiros da oposição, ao próprio presidente do DMLU, porque compreendemos que é uma adequação à lei estadual, sancionada ainda no ano de 2018. Portanto, é uma medida que, se aprovada no nosso Município, terá não apenas uma simetria à normativa estadual, como também trará melhores condições para a sua própria efetivação. No plano estadual, essa proposição foi remontada no ano de 2009, e ela é fruto de um debate que envolve a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e diversas entidades, tendo apoio, especialmente, das associações e das cooperativas de reciclagem. Nós também temos a oportunidade, ao decidir sobre a política de resíduos sólidos, de debater o desenvolvimento econômico, a proteção ao meio ambiente e o

respeito aos catadores de material reciclável na nossa cidade. A população de Porto Alegre produz, em média, quase duas mil toneladas de resíduos diariamente. Desse valor, 56 toneladas são somente de resíduos recicláveis. Neste momento em que enfrentamos as altas taxas de desemprego, fome, insegurança alimentar de milhares de pessoas da nossa cidade, muitos estão recolhendo e trabalhando com reciclagem como uma fonte de renda, muitas vezes, como a única fonte de renda dessas famílias. Estão buscando o trabalho associativo e cooperativo, portanto, para conseguir sobreviver nesta brutal crise econômica. São homens e mulheres que, desde algum tempo, vêm dando um grandioso exemplo na superação das condições humanas de vida, inclusive demonstrando a questão racional do trabalho, a coragem para poder enfrentar os seus desafios e sobreviver durante os constantes perigos que nós temos em nossa cidade. Portanto, é o momento de o poder público, reconhecendo todo o esforço desenvolvido por esses trabalhadores da nossa cidade, e pela utilidade social e de interesse ambiental com um resultado extremamente positivo daquilo que realizam, dar apoio a quem merece e ao trabalho que realizam. A nossa emenda, da bancada do Partido dos Trabalhadores, visa a qualificar o projeto do colega Moisés, para que o poder público municipal possa ser partícipe, de um lado, da implantação de um sistema permanente de coleta seletiva e de materiais recicláveis com destinação certa para esses trabalhadores; e, por outro lado, possa incentivar a organização de catadores através do associativismo e do cooperativismo. Sabemos da complexidade do projeto, mas apresentamos uma emenda no sentido de colaborar, para que ele possa auxiliar aqueles e aquelas que trabalham diariamente para garantir melhores condições para a nossa cidade, e que enfrentam a brutal crise econômica que assola o nosso País. Contamos, portanto, com a aprovação dos colegas.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.ª Cláudia Araújo, a Emenda nº 04, destacada, ao PLL nº 184/17.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 04 ao PLL nº 184/17.
Em votação nominal, solicitada pela Ver.ª Lourdes Sprenger, a Emenda nº 01 ao PLL nº 184/17.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 32 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PLL nº 184/17.
Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 184/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passemos à Emenda nº 05, de autoria da Ver.ª Bruna Rodrigues, que, se for apreciada, prejudica a Emenda nº 06, da mesma autora, visto que elas são idênticas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, a Emenda nº 05 ao PLL nº 184/17.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 16 votos **SIM**;17 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 05 ao PLL nº 184/17. Fica prejudicada a Emenda n° 06 ao PLL n° 184/17.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Diretor, eu gostaria de saber se dá para pedir renovação de votação, porque ficou bem...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereadora, na verdade, o dispositivo do Regimento que permitia a renovação de votação foi suspenso por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Não temos mais a figura da renovação.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Só para reforçar, eu já entendi a explicação do diretor, mas durante dezenas de anos nós tivemos a renovação quando era um voto, e via de regra se modificava, e foi um apenas um voto aqui.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Houve uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que acabou suspendendo o dispositivo.
Passemos à Emenda nº 07 ao PLL nº 184/17.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.ª Bruna Rodrigues, a Emenda nº 07 ao PLL nº 184/17.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM**;10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 07 ao PLL nº 184/17.
Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, a Emenda nº 08 ao PLL nº 184/17.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro rejeitada a Emenda nº 08 ao PLL nº 184/17.

Em votação o PLL nº 184/17. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Moisés fez um esforço de elaboração, eu reconheço que ele fez, discutiu com cooperativas, buscou integrar o máximo possível, eu sei disso. Mas eu vou encaminhar, pela bancada do PSOL, contrário ao projeto, porque, infelizmente, o projeto tem uma lógica e é uma lógica que tem um elemento racional, que é a ideia de centralização, que é a ideia de organização, de regulamentação e, portanto, como diz o próprio projeto, institui uma política municipal de gerenciamento integrado de resíduos sólidos; o problema é que esse tipo de trabalho, parte desse trabalho, é executado por catadores individuais que são, de uma certa forma, os pobres dos pobres da cidade de Porto Alegre. Esses catadores individuais, com esse projeto aprovado, ficam ainda mais abandonados do que atualmente estão abandonados. Diante de uma racionalidade, que é uma racionalidade de integração de uma política de resíduos sólidos, de uma certa forma, a lógica que eu vejo neste projeto é uma lógica de transformar esse trabalho, essa, digamos, brecha que existe de um trabalho dos pobres que conseguem ocupar uma parte do que essa política trata, em mercado capitalista, numa transição que é a transição de ter a relação entre o Poder Público municipal e as cooperativas. Hoje, são cooperativas; amanhã, são empresas capitalistas que diretamente vão operar esse serviço e transformar em *commodity* – na verdade, já é uma mercadoria – o que hoje ainda, de modo absolutamente precário, é fonte de renda para milhares de famílias no Município de Porto Alegre. Essas famílias, por incrível que pareça, com esse projeto, ficam ainda mais abandonadas do que são. Nós deveríamos, sim, ter a política municipal, já existe uma política nacional que, em tese, permitiria que o Município de Porto Alegre estabelecesse relação direta com esses catadores individuais e garantisse o mínimo de renda correspondente a esse trabalho. Isso, infelizmente, o projeto simplesmente descarta. Por isso, vereadores e vereadoras, nós vamos votar contra esse projeto, porque ele não incorpora uma série de emendas, as emendas elaboradas pelo PSOL, a emenda elaborada pelo PCdoB, que tratava, justamente, de garantir alguma política para os

catadores individuais e essa é a razão pela qual nós não vamos acompanhar uma votação favorável a um projeto que, infelizmente, deixa abandonado àqueles que já estão abandonados. E nós queremos, sim, é defender esses setores, esses catadores individuais, que são milhares no Município de Porto Alegre, que, infelizmente, com esse projeto, não encontram atendimento às suas demandas, às suas reivindicações, às suas necessidades. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 184/17.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Ver. Idenir Cecchim, na presidência dos trabalhos. Rapidamente, pelo adiantado da hora, subo a esta tribuna apenas para explicar de onde veio esse projeto que há muitos anos a gente defende nesta Casa. Esse projeto surgiu de uma experiência que nós tivemos, em 2013, percorrendo municípios do Pará, quando eu fiz um trabalho na questão da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável, e a nossa missão, Ver. Mauro Pinheiro, era, além do impacto ambiental, ajudar o poder público a amenizar os impactos nas administrações públicas municipais. Então, numa parceria com o Ibama, havia uma série de itens e um dos itens importantes, ainda em 2013, era a criação de políticas municipais de gerenciamento de resíduos sólidos. Quando eu vim para esta Casa, me deparei com uma realidade surpreendente – da mesma forma que V. Exas. aprovaram um plano municipal hidroviário, que nós não tínhamos –, nos deparamos com a triste realidade de não termos esse plano municipal.
Eu, rapidamente, para dividir com os colegas, na tentativa que esta Casa se aproprie dessa ideia e que aprove essa ideia, só vou elencar 11 pontos aqui, Ver. José Freitas, que esse projeto contempla, deixando claro que ele faz uma harmonia com as leis federais, as leis estaduais e agora municipais, sem conflitar com as iniciativas de logística reversa que são defendidas na Casa, sem conflitar os três projetos de lei que o prefeito Sebastião Melo, o governo, está enviando para esta Casa: 1 – atualiza definições sobre a política de resíduos sólidos; 2 – protege a saúde pública e a qualidade ambiental da cidade; 3 – define a ordem de prioridade na gestão, parte pública, e no gerenciamento na parte privada dos resíduos;

4 – indica aos órgãos municipais as diretrizes adequadas equalizadas às legislações existente; 5 – define a classificação de resíduos do ponto de vista atual; 6 – mostra quem está obrigado, pelas legislações, a elaborar um plano de gerenciamento de resíduos privado; 7 – estabelece os critérios para elaborar o plano de gerenciamento de resíduos com responsável técnico; 8 – estabelece que o plano de gerenciamento de resíduos é parte integrante do licenciamento ambiental – muito importante; 9 – estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos a serem implementados de forma individual ou encadeada abrangendo fabricantes, importadores, distribuidores e comércio – já agora com contribuições de emendas; 10 – determina a fabricação de produtos que propiciem a reciclagem quando do descarte da embalagem; 11 – determina a destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

Quero agradecer aos vários vereadores pelo debate nesses anos, ao grupo de desenvolvimento sustentável da Malucos do Bem, aos técnicos, e também ao governo municipal, porque esse projeto foi adiado várias vezes e nós, através de emendas do líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, acolhemos os ajustes, suprimimos artigos; então quero parabenizar, caso seja aprovado, esse grande avanço que vai, certamente, ajudar essa área na capital dos gaúchos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.ª Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 184/17.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colegas; boa tarde, Ver. Idenir Cecchim, na presidência dos trabalhos. Eu venho a esta tribuna encaminhar o nosso voto contrário ao projeto, com todo respeito à construção do Ver. Moisés Barboza, que é um colega que tem se dedicado a essa pauta. Nós acreditamos que, infelizmente, o projeto trata de elitizar ainda mais essa discussão que é a coleta de resíduos em Porto Alegre e a política de resíduos sólidos. Nós temos recebido, no nosso mandato, uma série de trabalhadores e trabalhadoras, de mulheres que têm essa como a única atividade que garante o sustento das suas famílias e que, infelizmente, têm sido perseguidas pelo Executivo municipal, têm sido multadas com multas de até R$ 4 mil e, infelizmente, essa

política faz com que os que mais precisam, os mais vulneráveis sigam marginalizados, sigam vulnerabilizados e sem nenhum atendimento às políticas necessárias de acesso à renda. Inclusive faz com que, mais uma vez, o lixo seja um patrimônio dos que detém o capital nesta cidade. Então votaremos contrários ao projeto porque acreditamos que Porto Alegre não precisa ser um campo de batalha onde tudo vira mercadoria, onde tudo e toda riqueza gerada pela cidade... E é exatamente isso, o lixo virou uma riqueza, é por isso que nós debatemos com tanto afinco esse projeto, porque ele está sendo destinado a uma parcela da cidade. Infelizmente, a política de educação da cidade não é o centro. Eu, por diversas vezes, falei que achava que faltava uma política de educação, de cultura da separação do lixo em Porto Alegre e não uma cultura de perseguição de quem hoje não consegue se sustentar e vai para as ruas tentar garantir o sustento da sua família; os perseguidos não deveriam ser os coletores, os perseguidos deveriam ser os sonegadores desta cidade, os perseguidos deveriam ser os que não contribuem para a nossa construção coletiva, e não os que limpam as nossas ruas todos os dias, os que coletam o nosso lixo, os que fazem a nossa separação, a separação que não é incentivada pelo Executivo. Então eu acredito que o projeto não conseguiu contemplar o conjunto da cidade, mas conseguiu inclusive criminalizar quem menos detém o capital, quem menos detém acesso às oportunidades. Por isso nós encaminharemos contrários ao projeto.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 184/17.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Idenir Cecchim, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, primeiro uma preliminar até em relação à exposição da Ver.ª Bruna. Eu estive, por algumas vezes, no DMLU, conversando com a direção da empresa – faz algum tempo já –, com relação à atividade daqueles coletores de lixo reciclável, os que fazem com caminhões, com pequenos veículos, muito velhos, na esmagadora maioria, e eles estão sendo multados. Vereadora, tem pessoas que receberam multa de R$ 7 mil, de R$ 4 mil, de R$ 3 mil! Não é possível que se perdoe multa e juros do Refis – que eu votei favorável – e que se cobre desse pessoal bastante pobre

multas com relação a isso. Portanto, eu estou apresentando, nos próximos dias, um projeto de perdão dessas multas, e estou agora analisando qual é o artigo que vamos usar para embasar o pedido de perdão a essas multas.

Com relação ao projeto do Ver. Moisés Barboza, que está bastante intenso, sei do grande estudo que ele fez sobre o tema, e sei que está na Câmara há diversos anos, eu vou votar favorável. Agora, quero dizer, amigo Moisés, que nós temos, em tramitação, na Câmara, os PLEs nºs 10, 11 e 12, que são de inciativas do Executivo, e que tratam da coleta reversa do lixo em Porto Alegre, do resíduo. Portanto, eu acredito que é necessário talvez essa votação favorável para depois ver como é que se vota os projetos do Executivo. Eu não ouvi ninguém do governo defender os projetos.

Nós estamos fazendo, no partido, agora, no dia 6, uma reunião à distância para tratar exatamente desses PLEs nºs 10, 11 e 12, que são de origem do Executivo, e eu estou bastante inclinado em votar favoravelmente. Eu não sei por que não houve um entendimento entre o Ver. Moisés Barboza e o Executivo para apresentar talvez um só projeto com tudo aquilo que se pretende.

Vereadora Bruna, eu concordo na íntegra contigo, com cuidado, porque nós não podemos elitizar o projeto e afastar trabalhadores da coleta do lixo, porque me vem em mente aquele projeto que terminou com a função, a profissão, a atuação, o trabalho dos guardadores de automóveis. Muitos vereadores foram a tribuna, alguns vereadores, chamando-os abertamente de criminosos e etc., e a maioria não se reelegeu, lamento, mas não se reelegeram.

Agora nós vimos, na semana passada, que se concedeu uma área ali para a iniciativa privada. Quando eram os guardadores de automóveis pobres que cobravam R$ 10,00, eram chamados de ladrões; agora, antes de colocar um centavo nos melhoramentos do acesso ao parque, na Orla do Guaíba, já se está cobrando o estacionamento, e não se fez nada por esses guardadores que perderam as suas atividades, e diziam que iriam ter treinamento e recolocação, e não foram recolocados... (Problema na conexão.) ...a esses projetos, mas eu vou votar favorável para ver o que vai acontecer lá com o Executivo. Um abraço a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Determino que o sistema de ar condicionado do Plenário Otávio Rocha seja religado imediatamente.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Sr. Presidente, poderia confirmar se o meu discurso foi ouvido?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Sim, Ver. Airto Ferronato, foi bem ouvido. Obrigado.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Quero dizer ao Ver. Airto Ferronato que, sim – eu acho que ele não ouviu –, este projeto dialoga com os três projetos que o Executivo está enviando para a Casa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Satisfeito, Ver. Ferronato?

Vereador Airto Ferronato (PSB): Satisfeito. Vamos votar.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 184/17.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO.**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro aprovado o PLL nº 184/17.
O Ver. Ramiro Rosário e o Ver. Claudio Janta solicitam verificação de quórum. (Pausa.) Visivelmente não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h35min.)